



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública – FACE

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

RELATÓRIO TÉCNICO

AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUA REDE DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO SOBRE OS PRESOS CUSTODIADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM BRASÍLIA

MADONA LOUIZE GABRY TABÔAS

Brasília – DF

2022

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Técnico consiste uma síntese da dissertação de Mestrado Profissional intitulada “AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUA REDE DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO SOBRE OS PRESOS CUSTODIADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM BRASÍLIA”, cuja defesa e aprovação foi realizada no dia 31/10/2022, perante banca examinadora formada pelo professores: Cleidson Nogueira Dias (orientador), Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (examinadora externa) e David Leonardo Bouças da Silva (examinador externo).

A dissertação de mestrado profissional foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/FACE/UnB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

RESUMO

No sistema penitenciário brasileiro observa-se a expansão das organizações criminosas no interior dos presídios, bem como a dificuldade de conseguir controlar o crescimento e o surgimento de novas organizações. Esse fato pode derivar-se da formação e desenvolvimento de redes de relacionamentos entre presos, notadamente, no contexto prisional. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília. Para isso, foram mapeadas as redes de relacionamento dos 29 presos por meio dos dados secundários registrados no sistema administrativo da Penitenciária Federal, cujo mapeamento possibilitou descrevê-las por meio do método de análise de redes sociais (ARS), utilizando os softwares R e IBM® i2®. Ademais, para avaliar a percepção dos servidores sobre a estrutura penitenciária e a interação dos presos foi utilizado um questionário, no qual o conteúdo texto foi tratado por meio do método de análise de conteúdo e com o uso do software Iramuteq. Então, os principais resultados evidenciam a incidência de seis clusters, sendo que dois deles são monopolizados pelos presos. Além disso, verifica-se que poucos presos possuem maior centralidade de grau e intermediação, fato que os colocam em um posicionamento estratégico na rede, porém, os tornam mais vulneráveis para serem detectados pelos órgãos de segurança. As contribuições metodológicas estão na estrutura de coleta e tratamento de dados deste estudo, que podem ser replicadas em cárceres de outras regiões e as teóricas contribuem para colmatar a lacuna nos estudos empíricos que tratam da estrutura de rede prisional, impactando na compreensão das relações sociais de presidiários e na tomada de decisão de gestores públicos. Finalmente, as contribuições desta pesquisa para a gestão atingem a definição de fatores que podem ter implicações no desenvolvimento de práticas na administração de penitenciárias, nas práticas de interações dos presos e no desenho de políticas e estratégias institucionais para presídios nas esferas federal e estadual.

Palavras-Chave: Redes de Relacionamento; Organizações Criminosas; Sistema Prisional; Análise de Redes Sociais; Administração Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1. Objetivos.....	5
1.2. Justificativas.....	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3.1. Métodos	15
3.1.1. Análise de Conteúdo.....	15
3.1.2. Análise de Redes Sociais	15
3.2. Tipo de Pesquisa.....	16
3.3. Unidade de Análise.....	17
3.3.1. População/Amostra	17
3.4. Instrumento de Coleta de Dados	18
3.5. Tratamento dos Dados.....	19
4. ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS.....	21
4.1. Perfil do Preso	21
4.2. Perfil dos Respondentes	23
4.3. Redes	25
4.3.1. Redes – Organizações Criminosas	28
4.3.2. Redes – Vivências Alfa, Bravo, Charlie e Delta	28
4.3.3. Redes – Relação entre os Presos X Advogados	30
4.3.4. Redes – Relação entre os Presos X Visitas	41
4.4. Das percepções dos servidores sobre a rede de relacionamento na PFBRA.....	42
4.5. Discussões dos Resultados	45
5. CONCLUSÃO.....	49
6. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

No ambiente prisional, as relações sociais dos presos com o mundo exterior são restringidas, fazendo com que os presos se adaptem à nova realidade, criando vínculos internos que podem impactar a estrutura organizacional do sistema prisional (SCHAEFER et al., 2017; BOONE; ATHOFF; KOENRAADT; 2016). Na prisão, os presos perdem o contato regular com seus laços familiares e comunidade, por isso, os outros presos funcionam como forma majoritária disponível para atender a necessidade de conexão social (WAKEFIELD; UGGEN; 2010). O estudo das redes de relacionamento no sistema prisional possibilita verificar o seu funcionamento sob outro contexto, já que o encarceramento afeta diretamente as relações sociais dos presos (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019; SENTSE et al., 2019; SCHAEFER et al., 2017).

No Brasil, o sistema prisional não tem conseguido controlar o surgimento e a expansão das organizações criminosas pelo interior dos presídios (SILVA JÚNIOR, 2020; NETTO et al., 2020; BIONDI, 2018; CÍCERO; SOUZA, 2013), agravado pelo crescimento, nos últimos 20 anos, da população carcerária (DIAS, 2011; RAMALHO, 2008). Como consequência, houve elevação das taxas de violência dentro dos presídios, além da expansão e fortalecimento das facções criminosas (CUNHA, 2021; SILVA JÚNIOR, 2020; BERG, 2020; MANSO; DIAS, 2017; DIAS, 2013; CÍCERO; SOUZA, 2013), evidenciando a fragilidade e a perda de controle do sistema prisional pelo Estado (NETTO et al., 2020; SIQUEIRA, 2016; SOUZA, 2009). Dentro desse contexto, devido a expansão do crime organizado pelo sistema, tornou-se importante o estudo das redes sociais dos presos (BERG, 2020).

Assim, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília? Para responder à pergunta, foi realizada uma análise dos presos que estão custodiados na PFBRA.

1.1. Objetivos

A dissertação teve como **objetivo geral** compreender as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília. Para isso, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**: (i) Mapear a rede de relacionamento dos presos que estão reclusos PFBRA; (ii) Descrever as redes formadas pelos presidiários; e (iii)

Avaliar a percepção dos servidores sobre a estrutura penitenciária das interações sociais dos presos.

1.2. Justificativas

O presente estudo analisou apenas as relações sociais desenvolvidas pelos presos que estiveram reclusos na Penitenciária Federal em Brasília, em dezembro de 2021, a partir da aplicação da análise de redes sociais (ARS) nos relacionamentos entre os presos, os advogados e suas visitas.

Há vários estudos sobre os efeitos do encarceramento (DIAS; BRITO, 2017; ADORNO; DIAS, 2016; SALLA, 2015; DIAS, 2014; ADORNO; SALLA, 2007; DIAS, 2011; RAMALHO, 2008; BALES; MEARS, 2008), contudo, ainda incipientes os relacionados a rede de relações sociais no sistema penitenciário, como observado pelas pesquisas realizadas por Whichard; Schaefer; Kreager (2019) e Schaefer et al. (2017). Conforme Feld (1982), as pessoas criam vínculos com outras por meio do ambiente que estão inseridas. A necessidade de pertencimento é uma motivação humana, sendo apresentada em todas as idades, contextos e culturas, fazendo com que a prisão se torne um contexto ímpar no estudo da rede de relacionamento (SENTSE et al., 2019). Já que a interação social possui grande influência no ambiente prisional, podendo inclusive interferir no funcionamento adequado da prisão (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019).

O sistema prisional estadual, da forma que funciona, é usado pelo crime organizado como meio para a troca de experiências criminosas, funcionando como escritório para as facções (BIGOLI; BEZERRO, 2014; DIAS, 2013; CÍCERO; SOUZA, 2013). Estudos realizados por Harris et al. (2018) e Clemmer (1940) informaram que o encarceramento intensifica a criminalidade, já que os presos com maiores habilidades atuam como mentores para os presos menos experientes, fazendo com que os presídios funcionem como escolas do crime.

Conforme dados do DEPEN (2022), no período de julho a dezembro de 2021, o número da população carcerária no Brasil era de 670.714 presos, sendo, de acordo com o Gráfico 1, 326.243 (48,64%) no regime fechado e 124.481 (18,56%) no semiaberto, 196.830 (29,35%) provisórios, 20.241 (3,03%) no aberto e 2.919 (0,44%) em medida de segurança e tratamento ambulatorial, distribuídos entre os 1.582 estabelecimentos estaduais e 05 federais.

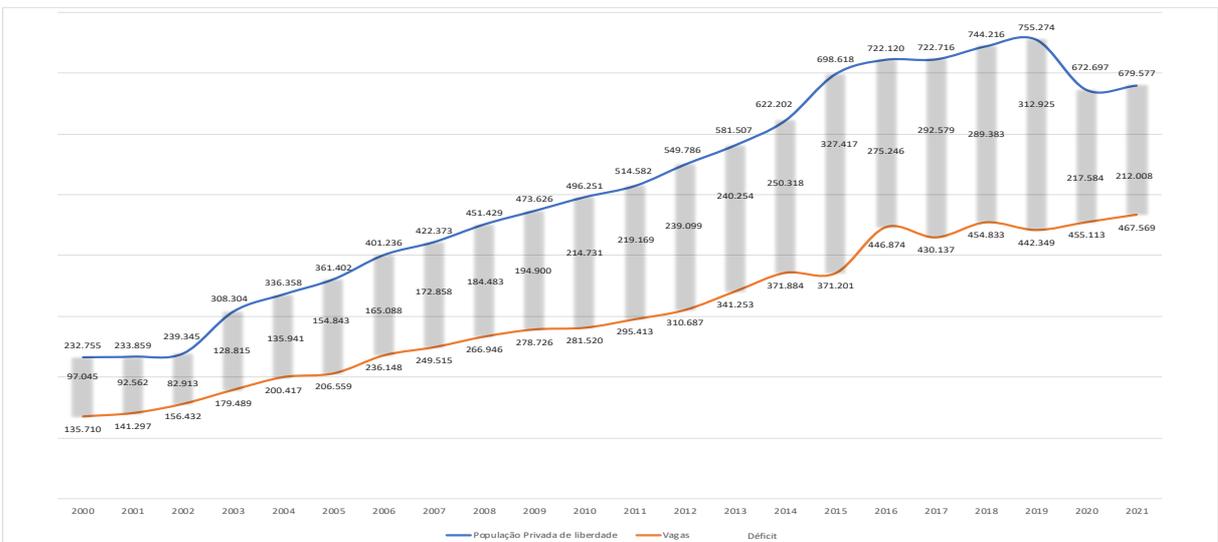
Gráfico 1 - População Prisional no Brasil



Fonte: adaptado de Depen (2022).

Nesse período, o sistema prisional estadual contava com 467.529 vagas e o sistema federal com 1.040, para uma população carcerária de mais de 670 mil detentos. Ao longo de 20 anos houve elevação da capacidade dos presídios, contudo, o crescimento da massa carcerária foi superior à capacidade de geração de novas vagas nas unidades prisionais. Conforme se observa no Gráfico 2, a população privada de liberdade no Brasil sempre esteve em quantitativo maior que a quantidade de vagas disponíveis, o que corrobora para o aumento da violência no interior do sistema prisional estadual.

Gráfico 2 - Déficit total x vagas por ano



Fonte: Depen, formatado pela autora.

Por consequência, quanto maior a taxa de superlotação nos presídios estaduais, maior possibilidade de união dos presos (COELHO, 1988). Diante do agravamento da situação, pode-se citar que problemas como estruturas precárias, superlotação, déficit de agentes penitenciários e falta de controle dos apenados contribuem para esse aumento (NETTO et al., 2020; BONFIM FILHO; FONSECA, 2019). É cada vez maior a quantidade de informações e ordens trocadas de dentro dos presídios brasileiros (BIGOLI; BEZERRO, 2014). Dessa forma, o crime organizado se utiliza das fragilidades do sistema prisional para expandir sua atuação dentro dos presídios estaduais, cooptando novos adeptos e eliminando os rivais (CUNHA, 2021; MANSO; DIAS, 2017; CÍCERO; SOUZA, 2013).

Diante da crise ocorrida entre os anos de 2001 e 2006, em que houve uma série de rebeliões em presídios estaduais, tendo a violência também se alastrado extramuros, verificou-se que presos continuavam comandando ações criminosas em presídios estaduais de segurança máxima (NUNES; 2020). Dessa forma, o Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi erguido para conter uma população carcerária específica em meio à crise enfrentada na segurança pública.

Logo, uma das formas encontradas pelo poder público de desarticular as organizações criminosas que estão inseridas no sistema prisional estadual se dá por meio da inclusão dos presos nas penitenciárias federais, afetando a construção ou manutenção dessas redes sociais mais articuladas no sistema prisional estadual.

Assim, a abordagem em rede funciona como uma importante ferramenta no estudo do crime organizado que está inserido no sistema prisional. Pois, as redes criminosas se dão através do conjunto de atores conectados por laços, que se apoiam para a prática de atos ilegais (LAMPE, 2001).

O método de análise de rede social permite verificar a estrutura do grupo referente as interações entre os indivíduos, a importância desses indivíduos dentro da rede e qual a dinâmica de toda a rede (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012). Nas redes sociais ilícitas, os atores tentam ocultar suas identidades e suas atividades, evitando dessa forma serem detectados (FAUST; TITA, 2019).

Um dos desafios da administração penitenciária é verificar a estrutura global da rede, a partir daí será possível romper a coesão do grupo por meio da segregação ou transferências dos presos, a fim de limitar essa interação (KREAGER et al., 2015).

Este estudo poderá subsidiar o gestor do sistema prisional no sentido de verificar a percepção da estrutura penitenciária da interação social dos presos e, dessa forma, garantir os propósitos da prisão, uma vez que com a compreensão da estrutura da rede é possível realizar estratégias eficazes (FAUST; TITA, 2019).

Para tanto, foram coletados os dados administrativos dos 29 presos que se encontravam na PFBRA em dezembro de 2021, além dos 21 questionários respondidos pelos servidores do Sistema Penitenciário Federal. Dessa forma, foram utilizados a análise de rede social e a análise de conteúdo, complementadas pelo uso dos softwares R, IBM® i2® e Iramuteq.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a presente pesquisa realizou-se a leitura dos principais artigos científicos que tratam do tema que se pretende explorar, dentre elas os principais aspectos sobre a teoria das redes sociais, mais precisamente sobre as redes interpessoais e as redes informais e como essas redes estão inseridas no ambiente prisional. Os temas apresentados não possuem a intenção de esgotar a matéria, pretendendo-se fornecer os subsídios teóricos necessários à realização do estudo.

Com relação a rede pode-se dizer que “rede é o conjunto de pessoas ou empresas (denominadas de nós) interligadas por meio de relações dos mais diversos tipos (laços)” (LAZZARINI, 2008, p. 2). Representa um conjunto de atores e suas conexões, podendo ser definida como conjunto de laços ou nós (MEIRELLES et al., 2014; IACOBUCCI; SALTER II, 2012; SANTOS; ROSSANI; MACHADO-DA-SILVA, 2011; MARTES et al., 2006; WASSERMAN; FAUST, 1994; GRANOVETTER, 1973).

A partir dos conceitos-chave é possível definir uma rede social, dessa forma, segue abaixo os principais conceitos que serão utilizados na ARS:

Tabela 1 - Conceitos-Chave

Palavras-Chave	Conceito	Autores
Ator	Indivíduo, organização ou países.	Wasserman, Faust (1994)
Atributo	Com ele é possível identificar e diferenciar os atores ou os grupos de atores da rede.	Borgatti et al. (2018)
Laço Relacional	Conectam os atores entre si.	Granovetter (1973); Wasserman, Faust (1994)
Relação	São laços específicos entre os membros do grupo.	Wasserman, Faust (1994)
Subgrupo	Através dos subconjuntos de atores são formados os subgrupos.	Wasserman, Faust (1994); Hanneman (2001)

Fonte - Elaboração própria

Os atores (indivíduos/organizações) são representados na rede pelos “nós”, após sua inserção em uma estrutura de rede social. Para se desenhar uma rede é preciso observar a posição que o ator ocupa dentro da rede, essa posição está ligada à sua trajetória (postura e atitude) na estrutura social. Já o grupo é constituído pela posição que o ator ocupa na rede e os atores que estão ligados a esse ator. Uma das

causas que liga um ator ao outro são as crenças que compartilham, a amizade ou oportunismo.

A partir da topologia e estrutura é possível entender o funcionamento da rede social (FRANCO, 2008). Partindo dessa premissa, pode-se verificar a estrutura geral das redes, sua localização, a relevância dos atores, seu grau de densidade e a centralidade das conexões. (ANDREOLI et al., 2019; MACEDO-SOARES, 2002). As redes podem estar conectadas tanto no ramo estrutural como na subjetividade de suas relações. O tamanho dessa rede pode ser verificado através do quantitativo de atores e da intensidade do relacionamento dentro dessa rede (WASSERMAN e FAUST, 1994; THOMPSON, 2003). Para Lazzarini (2008) uma rede pode ser caracterizada pela sua estrutura e posição, ou seja, por meio da densidade e centralidade. A qualidade das relações pode ser indicativa de coesão ou de um aumento na densidade da rede, e os atores podem ter suas características influenciadas por sua posição na rede.

A tabela 3 abaixo especifica quais são os principais padrões de relacionamentos, conforme os ensinamentos de Cross e Parker (2004):

Tabela 2 - Padrões de Relacionamentos

Padrões de Relacionamentos	Definição	Características
Conectores centrais ou hubs	O ator possui um número desproporcional de relacionamento dentro da rede.	Dentro da rede, esse ator pode ser considerado um expert ou um gargalo.
Interfaceadores ou Boundary spanners	São atores que conectam os subgrupos dentro de uma rede.	A conexão entre os subgrupos podem ser através: dos aspectos funcionais dos aspectos geográficos da posição hierárquica
Intermediários de informação ou Information brokers	São os atores que estão mais próximos dos outros, ou seja, é um potencial elo entre os membros da rede.	Esses atores conseguem disseminar a informação e conectar a rede.
Pessoas periféricas ou Peripheral people	Esses atores possuem uma pequena conexão dentro da rede.	Geralmente são atores novos na rede ou que de alguma forma não estão devidamente motivados.

Fonte: Cross e Parker (2004)

Ao se verificar o posicionamento estrutural de cada ator na rede, Morselli (2013) observa que dentro da rede criminosa, o posicionamento do ator é relevante. Conforme ensinamento de Wasserman e Faust (1994), os atores que possuem muitos laços estão inseridos nas posições estratégicas dentro da rede.

Logo, é importante identificar o nível de cada ator dentro da rede de relacionamento dos presos na PFBRA, qual seu grau de influência e capacidade de modificar ou potencializar o funcionamento das redes já existentes.

As pessoas passam a se relacionar com outras pessoas por meio de relações sociais, ocorrendo um senso de pertencimento e identificação com toda a organização (MACIEL, 2015). Essas relações funcionam como uma importante ajuda para o enfrentamento da vida cotidiana (BILECEN; LUBBERS, 2021), inclusive no contexto prisional, local que os presos perdem a conexão regular com seus amigos e familiares (SENTSE et al., 2019). Uma das características da rede informal é a afinidade que os atores possuem entre eles, o que reforça seus vínculos na rede (BOURDON, 2009).

Embora, para alguns autores o termo confiança é confuso e vago (MISZTAL, 1996; SELIGMAN, 1997), Bronson (2008), ressalta que as pessoas, em geral, fazem amizades e constroem confiança com o tempo, diferentemente do que ocorre na prisão, já que a confiança antecede a amizade (BRONSON, 2008).

Em relação ao crime organizado, a confiança é tratada pela literatura como uma característica óbvia, pois é o que mantém os criminosos unidos (LAMPE; JOHANSEN, 2004). Conforme Paoli (2002), a confiança é um requisito que fornece aos membros da organização criminosa uma vantagem competitiva em relação ao mundo do crime.

Em se tratando do ambiente prisional, o conceito de amizade é problemático (CREWE, 2009), já que alguns presos preferem não usar esse termo ao descrever seu relacionamento com outro preso (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Um dos fatores que contribuem para essa desconfiança, revela-se na natureza involuntária da prisão e que nela encontram-se presos de alto risco, o que colabora para se ter um ambiente comprometedor para a formação de relacionamento (SENTSE et al., 2019).

Dessa forma, na prisão, os laços sociais de apoio e a confiança são escassos (LIEBLING; ARNOLD, 2012). Mas, quando os presos conseguem formar um relacionamento, essas redes sociais podem fornecer suporte instrumental ou emocional (SENTSE et al., 2019). Para Crewe (2009), em alguns casos, os presos conseguem formar relacionamentos significativos e duradouros na prisão. Em pesquisa realizada, Shivastava (1973) examinou quais eram os objetivos para se formar e manter uma amizade na prisão. O autor (1973) concluiu que se tratava de

uma necessidade dos presos, já que alguns faziam alianças com propósito de intimidar ou explorar os presos mais fracos.

Ao tentar regular as relações constituídas entre os presos, a administração penitenciária tenta identificar as amizades que são prejudiciais tanto para o preso quanto para o funcionamento da prisão (BRONSON, 2008). Já que as redes, que são fortemente integradas, possibilitam que sejam promovidos conflitos nas prisões de forma rápida e combinada (PAPACHRISTOS et al., 2013). Com efeito, é preciso explorar a relação da confiança dentro do crime organizado, que inclui nessas organizações criminosas diversos atores ou nós da rede, inclusive os advogados dos presos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

As redes criminosas atuam de forma multimodais e dinâmicas com a finalidade de escapar da aplicação da lei e dos avanços tecnológicos dos órgãos de repressão (HASHIMI; BOUCHARD, 2017; BRIGHT; DELANEY, 2013; MORSELLI et al., 2007). Apesar dos normativos e das autoridades policiais, a estrutura da rede criminosa continua cumprindo seus objetivos (FAUS; TITA, 2019). Para Morselli (2009), essas redes carecem de compartilhamento e trocas de recursos. E não raramente, essas redes incluem atores não criminosos, como amigos e familiares (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009). Isto posto, através da análise da rede é possível demonstrar os papéis que os afiliados da rede criminosa podem desempenhar (OUELLET; BOUCHAR, 2018).

As redes sociais podem ser analisadas a partir dos aspectos formal ou informal da rede, ou seja, se essa rede representa o que foi prescrito e estruturado ou essa rede surge de forma espontânea entre os atores (LEONARDO et. al., 2019).

Na rede informal é possível que a informação circule de forma mais rápida. Nesse sentido, as redes informais podem facilitar a transferência de recursos e informações entre os atores (KUIPERS, 1999). Essas redes são constituídas por pessoas que utilizam seu relacionamento pessoal para obter informações para si ou para a organização que integra, beneficiando ambos (CROSS; NOHRIA; PARKER, 2002). Essa rede pode ser utilizada para compartilhar informações, solucionar problemas e entregar serviços (PROVAN; MILWARD, 2001).

Tem por principal característica a informalidade nas relações, ou seja, inexistente qualquer tipo de acordo ou contrato formal (GRANDORI; SODA, 1995). Dessa forma,

não existe entre os membros acordo formal, mas somente uma interação que é estimulada por intermédio da confiança (HUANG et al, 2020). A partir dessas interações sociais as informações e os recursos fluem de forma mais rápida, o que permite o acesso a outros atores (MOLINA-MORALES; MARTÍNEZ FERNANDES, 2010).

Apesar da importância de se verificar as estruturas informais nas prisões, foram poucas as pesquisas que aplicaram o método de rede para estudá-las (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Nas pesquisas etnografias da prisão e nos estudos de casos é possível verificar a descrição da organização informal dos presos (SIMON, 2000; CREWE, 2007). A organização social dentro da prisão estabelece o clima prisional (BOONE; ATHOFF; KOENRAADT, 2016).

Conforme preceitua Amorim (2011), o rápido crescimento do PCC evidencia o poder de cooptação da organização perante os presos, que se encontram em grau máximo de abandono pelo Estado, favorecendo sua aceitação às leis do crime na busca de melhores condições e ocasionando uma falsa sensação de segurança. Ainda conforme o autor (2011), os principais líderes do PCC já estão custodiados pelo Estado e a sua força vem justamente dessa massa carcerária. Hoje, essa organização criminosa é a maior em termos de atividade no Brasil, possuindo ramificações em várias regiões do país (NETTO et al., 2020; MANSO; DIAS, 2017).

Diante desses fatos, é possível notar que no ambiente prisional a interação social funciona como uma força que pode influenciar no funcionamento adequado do sistema prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Os presos fazem parte de uma população única e que uma das tarefas dos policiais penais é de restringir as interações dos presos com o mundo exterior. Porém, devido as estruturas precárias do sistema prisional frequentemente ocorrem conflitos entre os presos.

Assim, diante da falência do sistema penitenciário estadual surgiu o SPF com o objetivo de receber os presos de alta periculosidade, os que possuem alto poder aquisitivo ou os que são chefes das organizações criminosas. Mediante esse sistema, o preso tem a pena executada sob rígido controle disciplinar, funcionando como instrumento que contém a disseminação e a expansão das ações promovidas pelas organizações criminosas no interior do sistema prisional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Métodos

3.1.1. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um método de análise de dados utilizada cada vez mais nas pesquisas qualitativas (SILVA; FOSSÁ, 2015; RICHARDSON 2012; MOZZATO; GRZYBOVSK, 2011). Essa análise foi criada para examinar materiais textuais na pesquisa social (BAUER, 2010).

Por intervenção da análise realizada observou-se a subjetividade do conteúdo das respostas do questionário, sendo que todas as respostas foram analisadas levando-se em consideração o observado na literatura constante do referencial teórico da pesquisa conforme o objetivo geral almejado. Dessa forma, Richardson (2012) preceitua que as teorias servem de explicação para as descobertas.

3.1.2. Análise de Redes Sociais

A expressão “relação” é a palavra-chave dessa pesquisa, pois tem como base empírica os vínculos estabelecidos entre os indivíduos que compõem os grupos. Para mapear as relações foi utilizada a técnica de análise de redes sociais (ARS).

Wasserman e Faust (1994) utilizaram a densidade como medida para a análise das redes sociais. Para esses autores (1994), essa medida significa a intensidade dos vínculos existentes em uma rede. Pois representa a quantidade de ligações ou vínculos, o grau de conectividade entre eles e quais atores estão envolvidos na rede.

Para a avaliação da centralidade dos atores na rede observa-se a centralidade de grau; a centralidade de intermediação; a centralidade geodésica e a centralidade de proximidade (WASSERMAN; FAUST, 1994). O primeiro diz respeito a quantidade de ligações que esse ator possui; o próximo verifica se esse ator tem potencial para atuar como intermediário com o objetivo de alcançar outros atores; depois se verifica quais atores são mais centrais na rede; e por fim como se comunicar com os vários atores na rede, utilizando o mínimo de intermediário.

Em um estudo realizado por Mizruchi (2006), o autor informa que em uma estrutura hierárquica é o ator central que controla todo o fluxo de informação dentro da rede, diferentemente da estrutura não-hierárquica, onde um ator menos central tem

a possibilidade de interagir diretamente com outro ator da rede, sem precisar passar pelo ator central. Para a centralidade das redes sociais o poder é baseado nas relações. Porém, apesar de alguns estudos relacionarem centralidade a poder, é possível que um ator não ligado ao agente central, apresente mais poder que este (MIZRUCHI, 2006).

A centralidade local de um ator pode ser verificada através da quantidade de conexões que possui com outros atores, mas se esse ator têm uma posição estratégica na rede, diz que sua centralidade é global (SCOTT, 2000). Por isso, é importante verificar a relação de centralidade de um ator e a sua influência sobre o grupo (MIZRUCHI, 2006). Essa centralidade pode significar liderança, reputação e popularidade dentro da rede (ZHANG; LUO, 2017).

Para Granovetter (1973), a força de um vínculo é formada por intermédio da quantidade de tempo, da intensidade, da confiança e do compromisso recíproco. Para a autora, esse vínculo pode ser forte ou fraco, sendo este o resultado de pouca conexão entre os atores, não houve um investimento nessa relação, ao passo que no vínculo forte os atores interagem de forma mais frequente e com maior intensidade.

Wasserman e Faust (1994) informam que os subgrupos possuem algumas características, tais como: a frequência de laços, a reciprocidade e a proximidade entre os atores. Assim, os subgrupos podem ser ligados atendendo ao total de ligações existentes entre os nós da rede.

3.2. Tipo de Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como descritivo tendo como propósito apresentar as propriedades posicionais e estruturais de um conjunto de atores relacionais.

Logo essa pesquisa, buscou verificar as propriedades estruturais e posicionais dos presos que estão custodiados na penitenciária federal em Brasília. Por intermédio da análise de redes sociais se obteve a representação da estrutura relacional dos atores. Assim, essa pesquisa tem por objetivo entender as conexões relativas ao crime organizado dentro de uma penitenciária federal.

A pesquisa adotou o método quali-quantitativo. Por meio da abordagem qualitativa foi possível descrever como os servidores e gestores do DEPEN observam a formação da rede de relacionamento dos presos que estão custodiados na PFBR.

Já em relação a abordagem quantitativa, a pesquisa mapeou a rede de relacionamento dos presos que são formadas dentro da Penitenciária Federal de Brasília (PFBRA) por meio da análise de rede social (ARS).

3.3. Unidade de Análise

3.3.1. População/Amostra

Para a realização da pesquisa foi feito o estudo da rede de relacionamento dos presos que estão custodiados na Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA), que foi inaugurada no ano de 2018. É uma análise que envolve o conjunto de atores e seus laços, essa rede pode ser chamada de global, inteira ou completa.

No presente trabalho, para mapear essa rede, foi preciso analisar quais atores possuem relacionamento com os presos. Por isso, foram colhidos os dados administrativos de todos os 29 (vinte e nove) presos que se encontravam reclusos na PFBRA em dezembro de 2021.

Além disso, foi enviado um questionário para 21 servidores do DEPEN, com objetivo de avaliar suas percepções acerca da rede de relacionamento dos presos na PFBRA. Importante destacar que em razão da segurança orgânica na PFBRA não é possível informar o número total de servidores que laboram na unidade. Logo, os servidores foram escolhidos por possuírem alguma das características abaixo:

- a) função de gestão;
- b) chefes de plantão ou vivências;
- c) trabalham na atividade fim (vivência);
- d) atuam no setor de inteligência.

A tabela 4 demonstra que a saturação teórica foi alcançada com o respondente número 18, ou seja, a partir do ID_19 não houve novas informações e o quantitativo de respostas alcançou a saturação teórica, portanto, não necessitando da coleta de dados com um número ainda maior de respondentes. Ademais, cabe destacar que, para a análise dos dados coletados, foram consideradas as respostas de todos os 21 respondentes.

Tabela 3 - Ponto de saturação do questionário

Respondente	Perguntas								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
ID_1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ID_2	1	1	0	0	1	1	1	1	1
ID_3	1	1	0	0	1	1	1	1	1
ID_4	1	1	1	0	1	1	1	1	1
ID_5	1	0	0	0	1	1	0	1	1
ID_6	1	1	1	1	1	0	1	1	1
ID_7	1	1	0	1	0	1	1	0	0
ID_8	1	0	1	0	1	1	1	1	0
ID_9	0	0	0	1	0	1	1	0	0
ID_10	1	0	1	1	1	0	1	0	1
ID_11	0	1	0	0	0	0	0	0	0
ID_12	0	1	0	1	0	1	0	1	0
ID_13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_14	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ID_15	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ID_16	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_17	1	0	0	0	0	0	0	1	0
ID_18	1	0	1	1	0	0	0	0	0
ID_19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_21	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

3.4. Instrumento de Coleta de Dados

Os dados utilizados tiveram como origem fontes primárias e secundárias. Para viabilizar a coleta dos dados, foram definidos dois tipos de instrumentos: questionário e a coleta dos dados no SPF. Para o primeiro foi enviado questionário para 21 entre servidores e gestores do DEPEN; já para a fonte secundária, foi coletado junto ao Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN, cujos dados administrativos possibilitam identificar os relacionamentos dos presos, com o propósito de verificar a sua trajetória e rotina dentro da unidade prisional, tendo como objetivo verificar sua rede de relacionamento, identificando os nós dessa rede e seus subgrupos.

Todos os dados obtidos e analisados foram anonimizados nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Existe permissão

institucional para coleta dos dados, de forma genérica, pela portaria que estabelece as condições para a participação dos servidores no Programa de Mestrado UnB-Depen. Ademais, foi realizada uma apresentação para a Diretoria Executiva do DEPEN e conversas com o Diretor do SPF acerca da temática da dissertação.

O questionário foi a forma utilizada para avaliar a percepção dos servidores acerca da rede de relacionamento dos presos que estão reclusos na PFBRA. Para a construção desse questionário foi adaptado a base teórica da literatura utilizada nesta dissertação. Importante destacar que haverá a proteção da identidade dos respondentes através do sigilo, com objetivo de garantir a confidencialidade da pesquisa, por se tratar de um dado sensível (ZANELLA, 2009). Além disto, por conta da anonimização exigida pela legislação, todos os nomes dos presos foram suprimidos nas respostas dos questionários.

3.5. Tratamento dos Dados

Os dados administrativos dos presos, visitantes e advogados foram coletados no SIAPEN e posteriormente tabulados em planilha eletrônica de forma que os presos, advogados e visitas tiveram seus nomes suprimidos, sendo respectivamente utilizados as siglas (P, A ou V) com números que foram gerados de forma aleatória, sendo o P = preso, A = advogado e V = visitante. Corroborando com o estudo realizado por Bright et al. (2015) que ao coletar os dados deu a cada ator uma identificação alfanumérica exclusiva que ia de N1 a N128. A partir disso, utilizando o software R¹, feita a rede foi possível entender e reconstruir as redes de relacionamento entre os presos que estão reclusos na PFBRA, procurando verificar como se relaciona essa rede.

A partir da rede gerada no software R, foi utilizado o software IBM® i2® para gerar a visualização das redes por meio de diagramas, o que ocasionou a geração das figuras dos vínculos individualizados.

Já para as entrevistas foi utilizado o software Iramuteq² (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). O software permite que qualquer usuário execute o programa; que conforme a necessidade do usuário é

¹ R é um ambiente de software livre para computação estatística e gráficos. Ele compila e roda em uma ampla variedade de plataformas UNIX, Windows e MacOS.

² Iramuteq é um software livre distribuído sob os termos da licença GNU GPL (v2), que permite realizar análises estatísticas em corpo de texto e em tabelas individuais/caracteres e é baseado no software R.

possível que ocorra uma adaptação do programa; que ocorra a distribuição de cópia para terceiros; além disso, é possível que o usuário compartilhe suas descobertas com a comunidade (RAMOS; DO ROSÁRIO LIMA; AMARAL-ROSA, 2019).

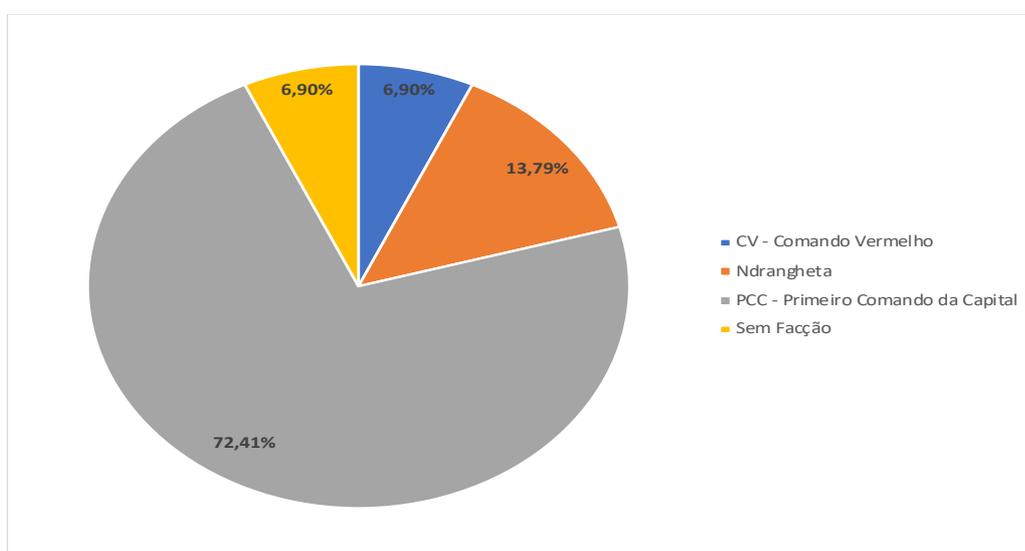
4. ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS

4.1. Perfil do Preso

Foram analisados os perfis dos 29 (vinte e nove) presos que estavam reclusos na PFBRA em dezembro de 2021. Todos os presos atualmente são do sexo masculino.

Em relação aos presos faccionados, há a distribuição do Gráfico 3:

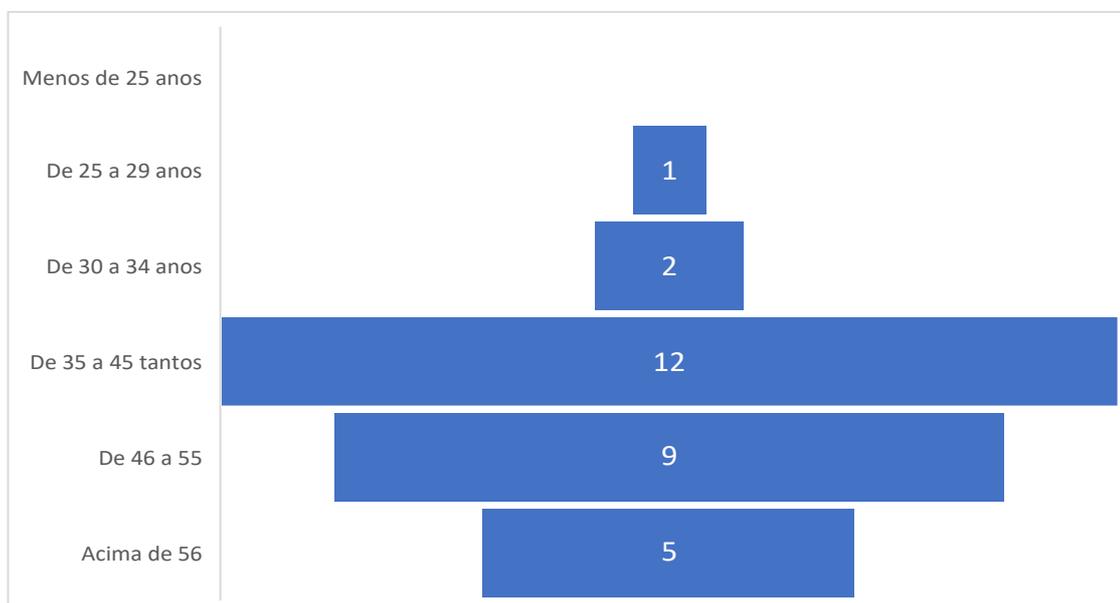
Gráfico 3 - Organizações Criminosas distribuídas na PFBRA



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a idade, tem-se a seguinte distribuição, conforme Gráfico 4:

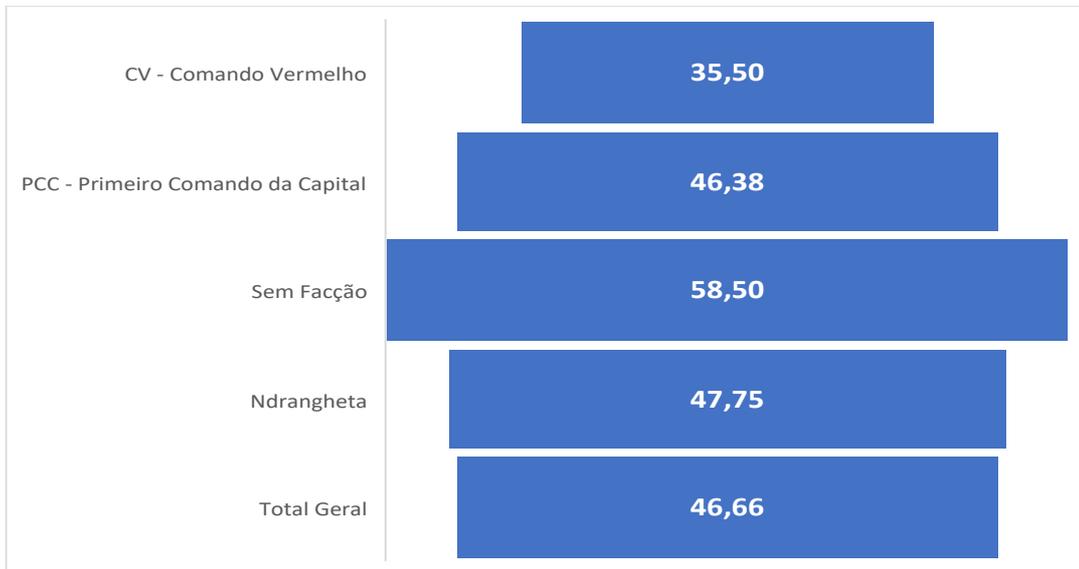
Gráfico 4 - Idade dos presos reclusos na PFBRA



Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 5, verifica-se a média de idade de acordo com a organização criminosa.

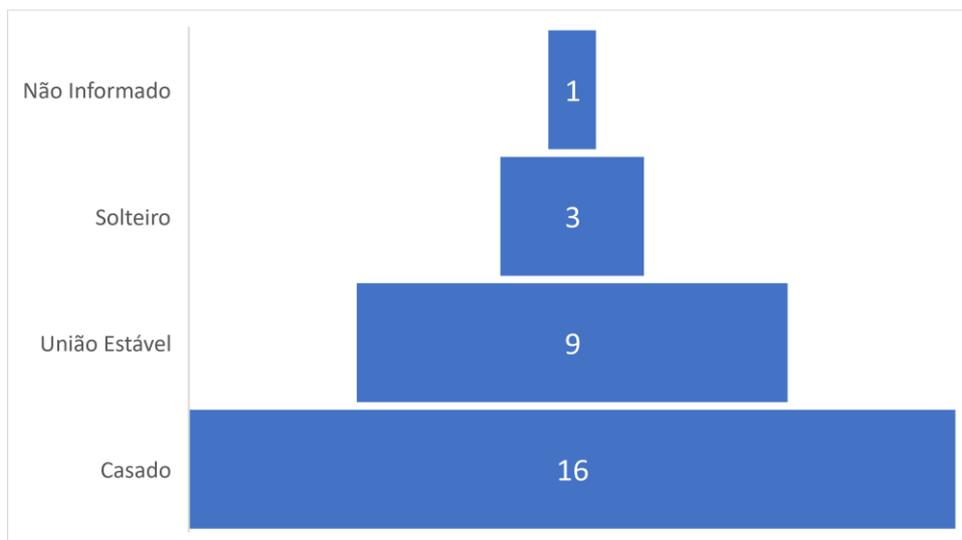
Gráfico 5 - Média da idade dos presos reclusos na PFBRA, de acordo com a organização criminosa



Fonte: Dados da pesquisa

Quando se trata do estado civil do preso, visualiza-se a distribuição do Gráfico 6:

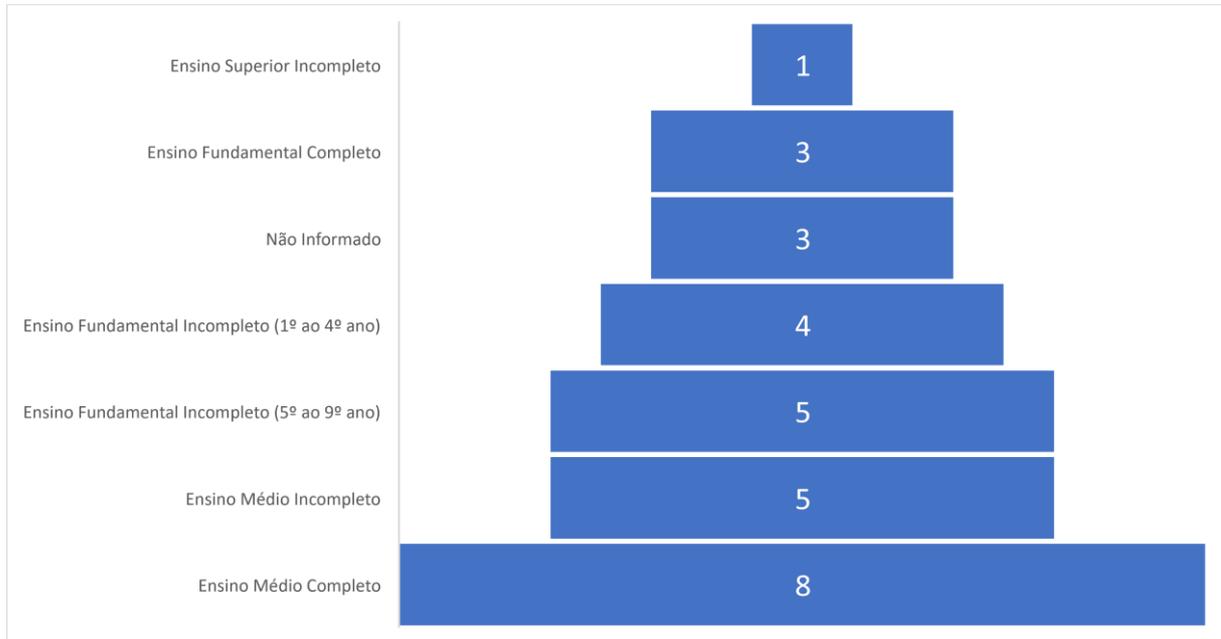
Gráfico 6 - Estado Civil dos presos reclusos na PFBRA



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao grau de escolaridade do preso é observada no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Grau de Escolaridade dos presos reclusos na PFBRA

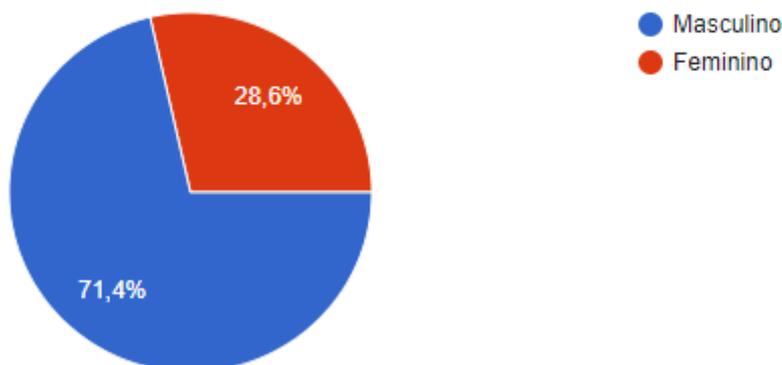


Fonte: Dados da pesquisa

4.2. Perfil dos Respondentes

Foram analisados os perfis dos 21 (vinte e um) servidores que aceitaram responder esta pesquisa. Verifica-se que desse quantitativo 71,4% são do sexo masculino e 28,6% do feminino, conforme Gráfico 8:

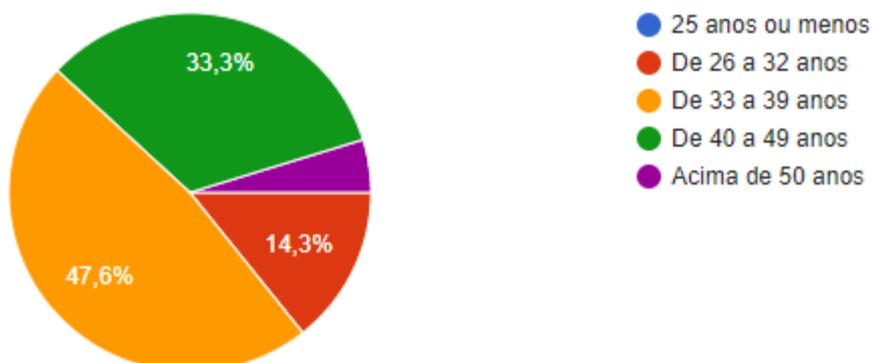
Gráfico 8 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a idade dos respondentes, a maioria possui entre 33 e 39 anos (47,6%), sendo a menor parte os que tem mais de 50 anos (4,8%), de acordo com o Gráfico 9.

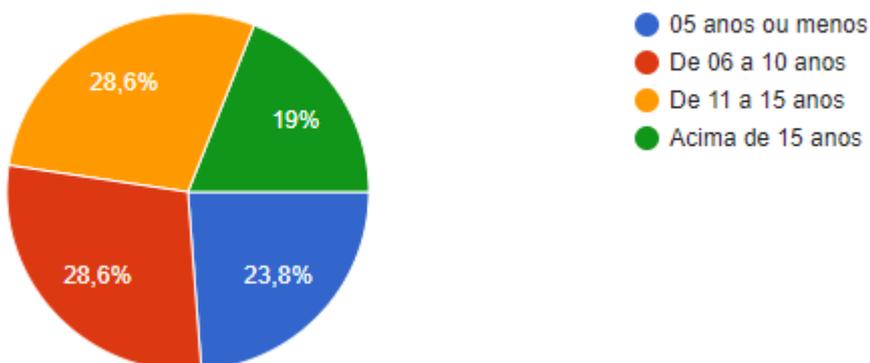
Gráfico 9 – Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação ao tempo que os respondentes atuam no órgão o resultado nos trouxe um empate com 28,6% entre os que possuem entre 06 e 10 anos e os que possuem entre 11 e 15 anos (vide Gráfico 10):

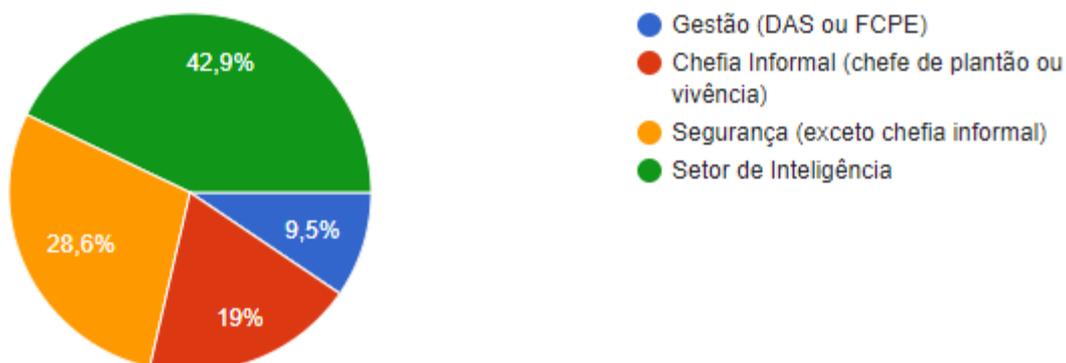
Gráfico 10 – Tempo de atuação no órgão



Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação a área de atuação dos respondentes, a maioria atua na atividade de inteligência com 42,9%, já a área de gestão ficou com 9,5%, como visualizado no Gráfico 11:

Gráfico 11 – Área de atuação dos respondentes



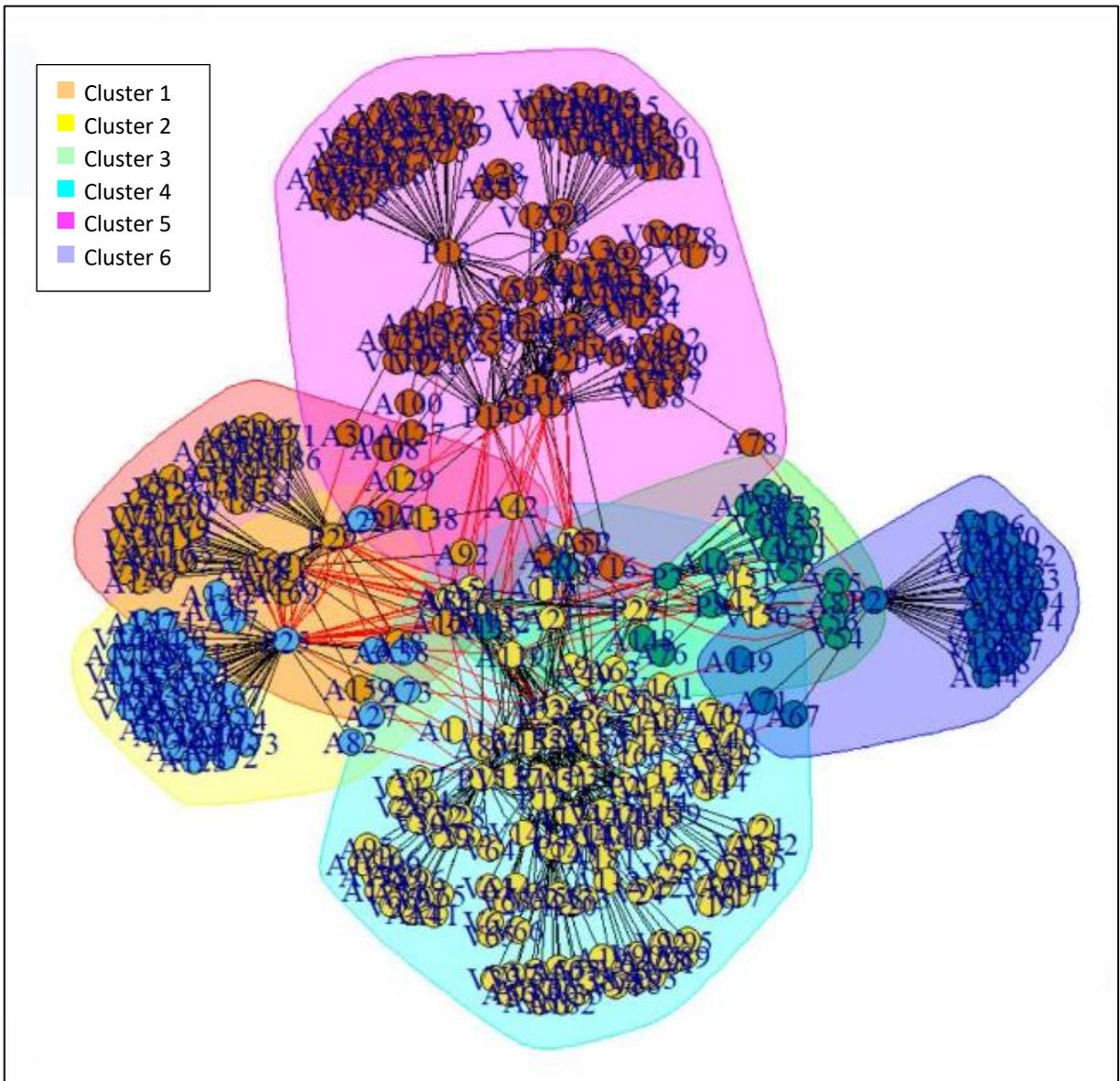
Fonte: Dados da pesquisa

Não houve uma ordem para o envio dos questionários, cada respondente respondeu conforme sua disponibilidade.

4.3. Redes

Em nível macro foi construída uma rede global envolvendo os presos, seus advogados (ativos e inativos) e suas visitas, conforme figura 01:

Figura 1 - Rede dos presos na PFBRA



Fonte: Dados da pesquisa

Uma possível forma de se identificar um padrão das redes é por meio da clusterização. Nota-se que na PFBRA, existem agrupamentos de presos, que podem se dar por possuírem características similares, por pertencerem a mesma organização criminosa, por estarem reclusos na mesma vivência, por terem o mesmo advogado ou mesma visita.

A partir do software foi gerado os clusters, sendo atribuídos aos presos os seguintes clusters, conforme tabela 5:

Tabela 4 - Clusters dos presos na PFBRA

Cluster I	P1 e P29
Cluster II	P25
Cluster III	P7 e P8
Cluster IV	P2, P3, P4, P5, P6, P11, P12, P14, P15, P21, P22, P23 e P24
Cluster V	P27
Cluster VI	P9, P10, P13, P16, P17, P18, P19, P20, P26, P28

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que presos P25 e P27 monopolizam, respectivamente, os clusters II e V. Diferentemente do que ocorre no cluster IV em que vários presos participam da rede. Já os presos P1 e P29 estão inclusos no mesmo cluster, assim como ocorre com os presos P7 e P8.

Foi realizado a análise do grau de centralidade e de intermediação, conforme tabela 6:

Tabela 5 - Grau de centralidade e intermediação dos presos

Presos	Centralidade	Intermediação
P25	69	17.355,35
P13	53	12.222,02
P24	49	6.608,63
P1	48	9.508,82
P16	45	9.200,93
P21	45	5.920,79
P4	42	4.844,28
P15	42	6.874,28
P6	39	4.498,23
P2	38	5.367,37
P5	38	5.268,78
P29	37	6.715,67
P17	37	7.794,84
P27	36	10.072,89
P14	36	4.536,50
P18	35	3.026,65
P19	34	7.039,43
P20	33	3.918,37
P11	32	2.143,15
P3	31	2.534,60
P23	31	1.394,30
P7	29	5.941,12
P12	29	1.799,50
P10	25	3.267,52

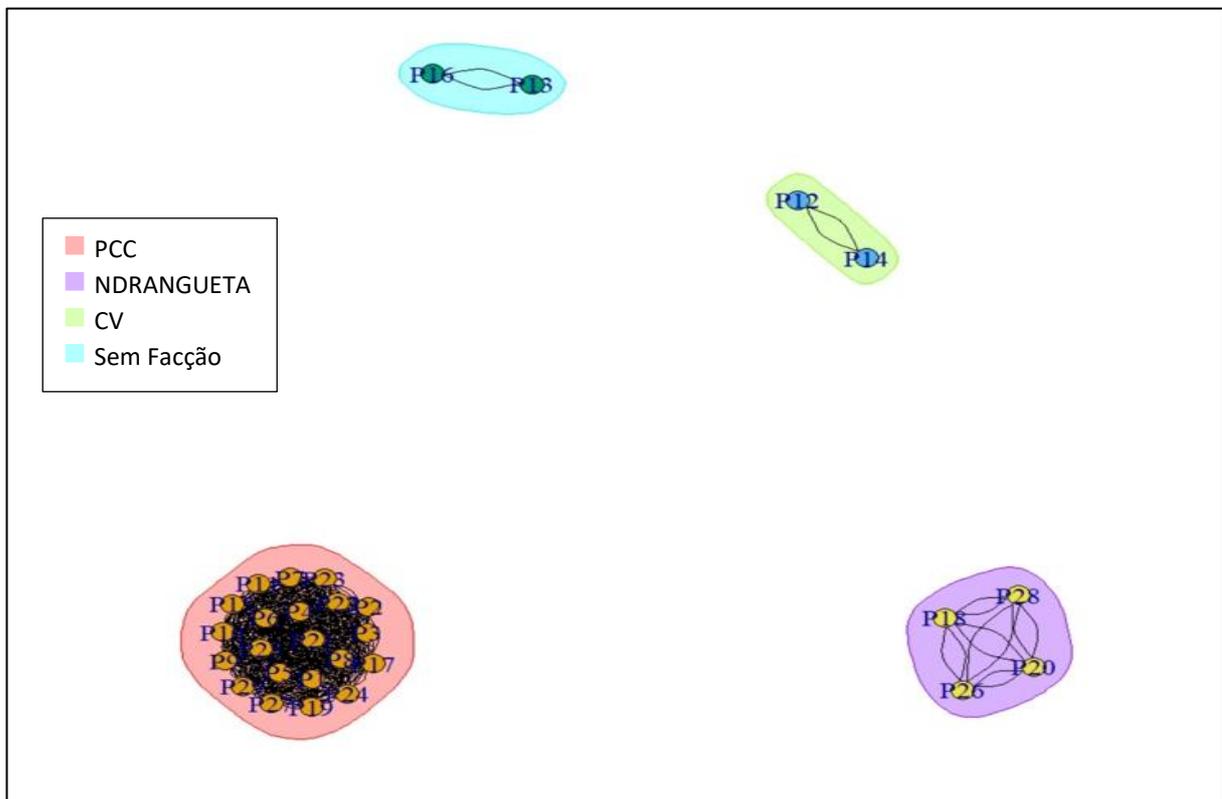
P28	23	3.003,86
P22	22	3.086,45
P26	20	793,65
P8	15	2.183,28
P9	14	2.632,75

Fonte: Dados da Pesquisa

4.3.1. Redes – Organizações Criminosas

Utilizando a análise de agrupamento verificou-se como estão distribuídas as redes das organizações criminosas na PFBRA, que pode ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2 - Redes das organizações criminosas na PFBRA

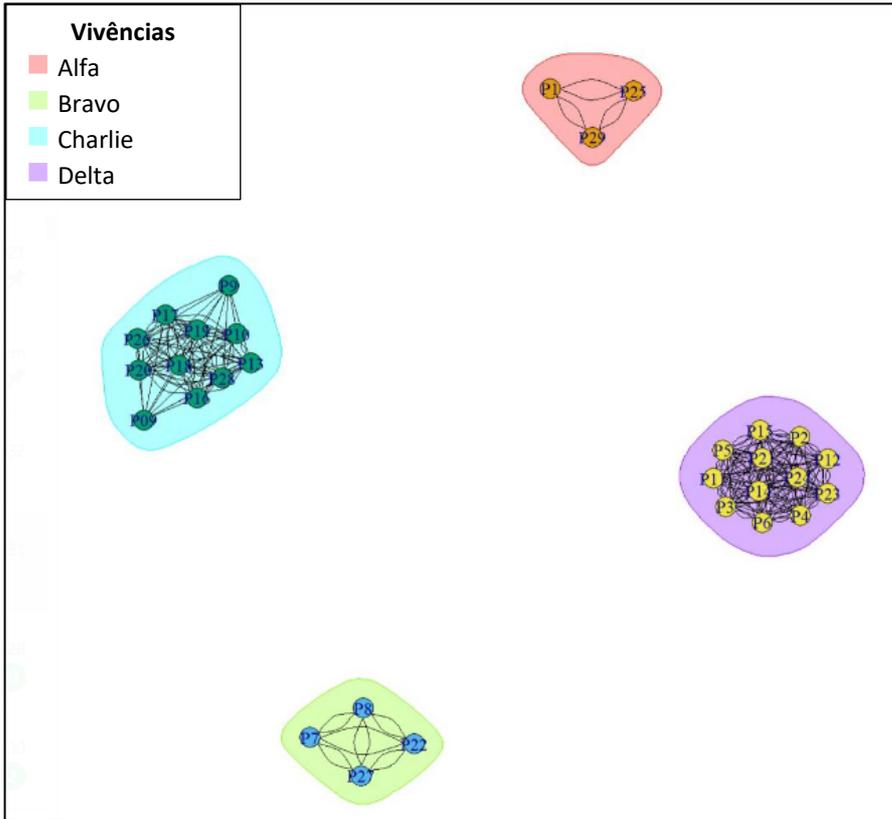


Fonte: Dados da Pesquisa

4.3.2. Redes – Vivências Alfa, Bravo, Charlie e Delta

Para verificar a atuação dos presos dentro da unidade federal, foi realizada uma análise de como estão distribuídos os presos na PFBRA, conforme figura 3:

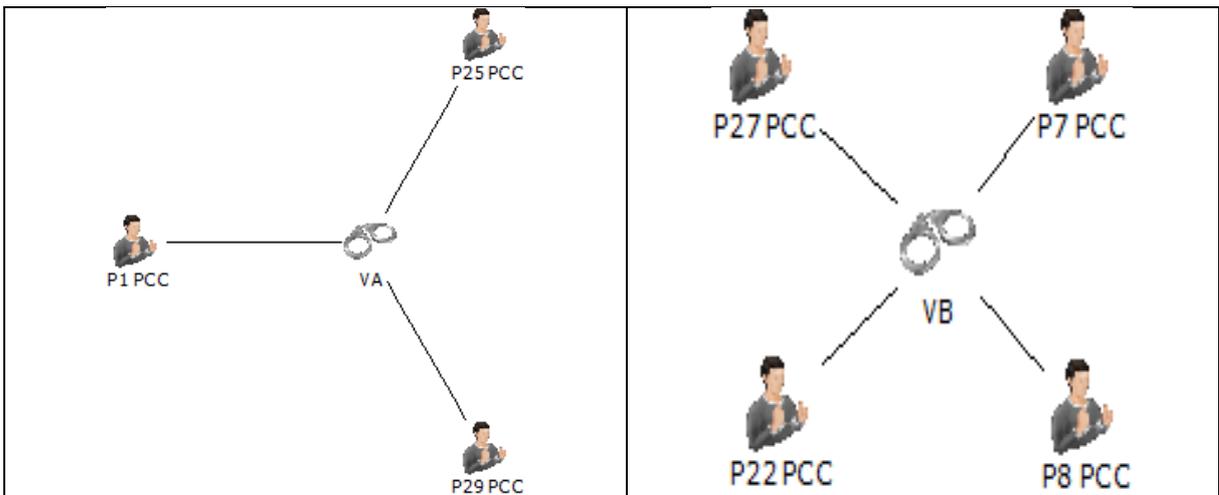
Figura 3 - Distribuição dos presos reclusos na PFBRA

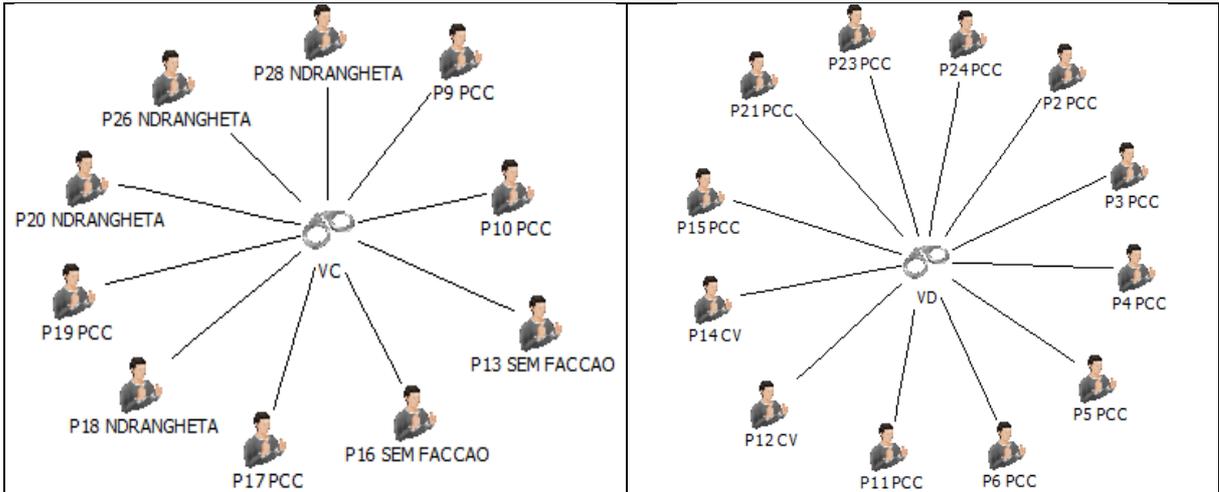


Fonte: Dados da Pesquisa

A rede oriunda da vivência Delta é a que possui maior número de presos, seguido da vivência Charlie, após Bravo e Alfa, conforme demonstrado de forma individualizada na figura 4:

Figura 4 - Distribuição dos presos na PFBRA

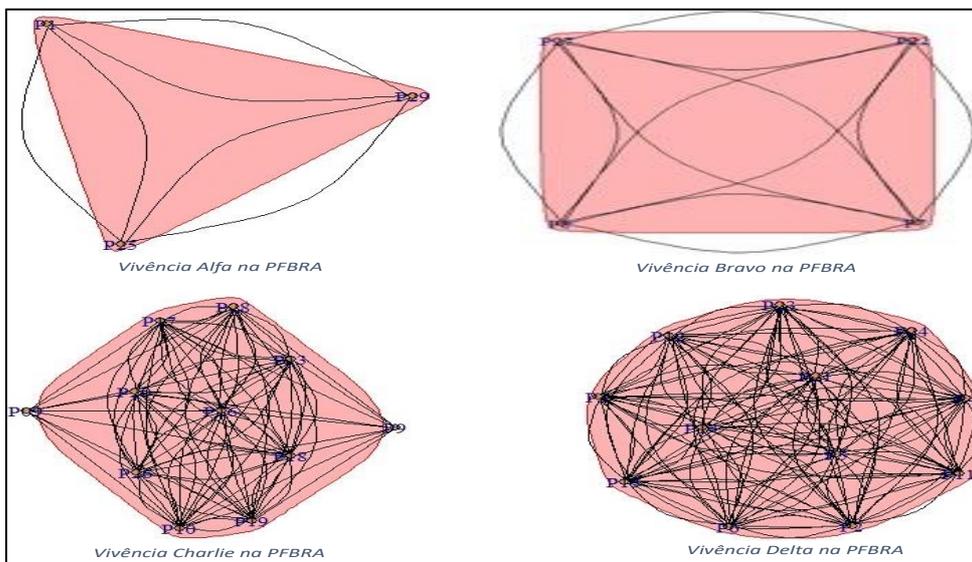




Fonte: Dados da Pesquisa

A figura 5 nos mostra a rede gerada a partir do software R.

Figura 5 - Distribuição dos presos na PFBRA

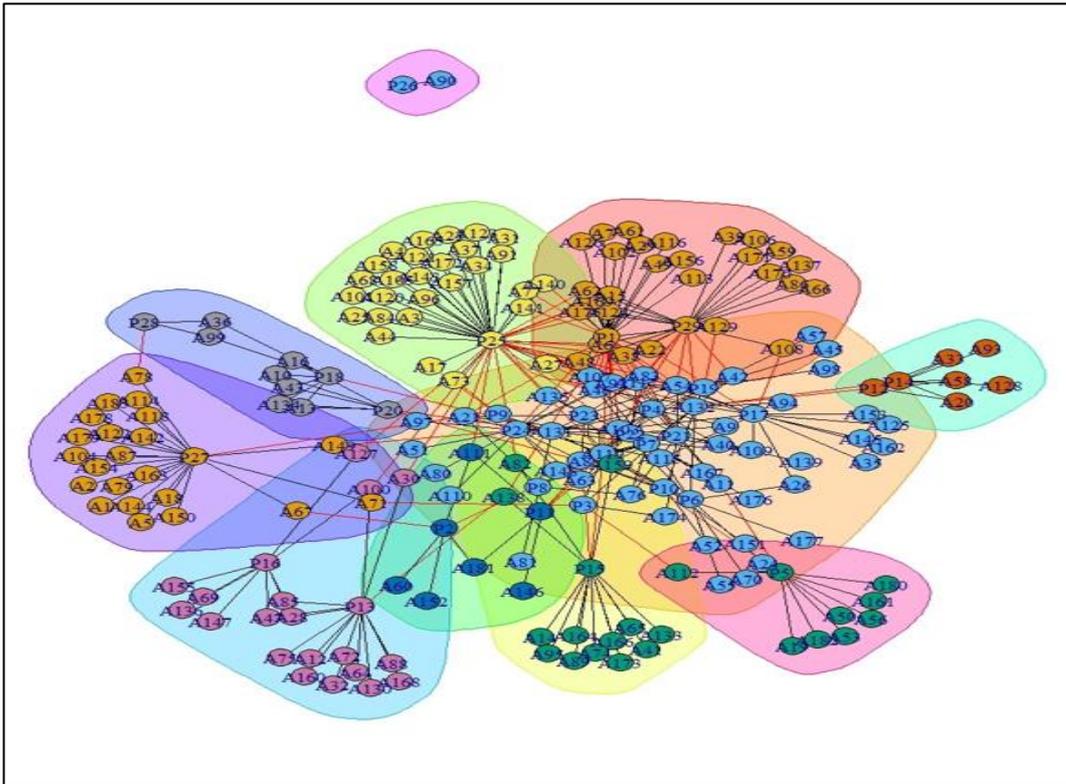


Fonte: Dados da Pesquisa

4.3.3. Redes – Relação entre os Presos X Advogados

Foi realizada a rede dos presos e advogados conforme figura 6:

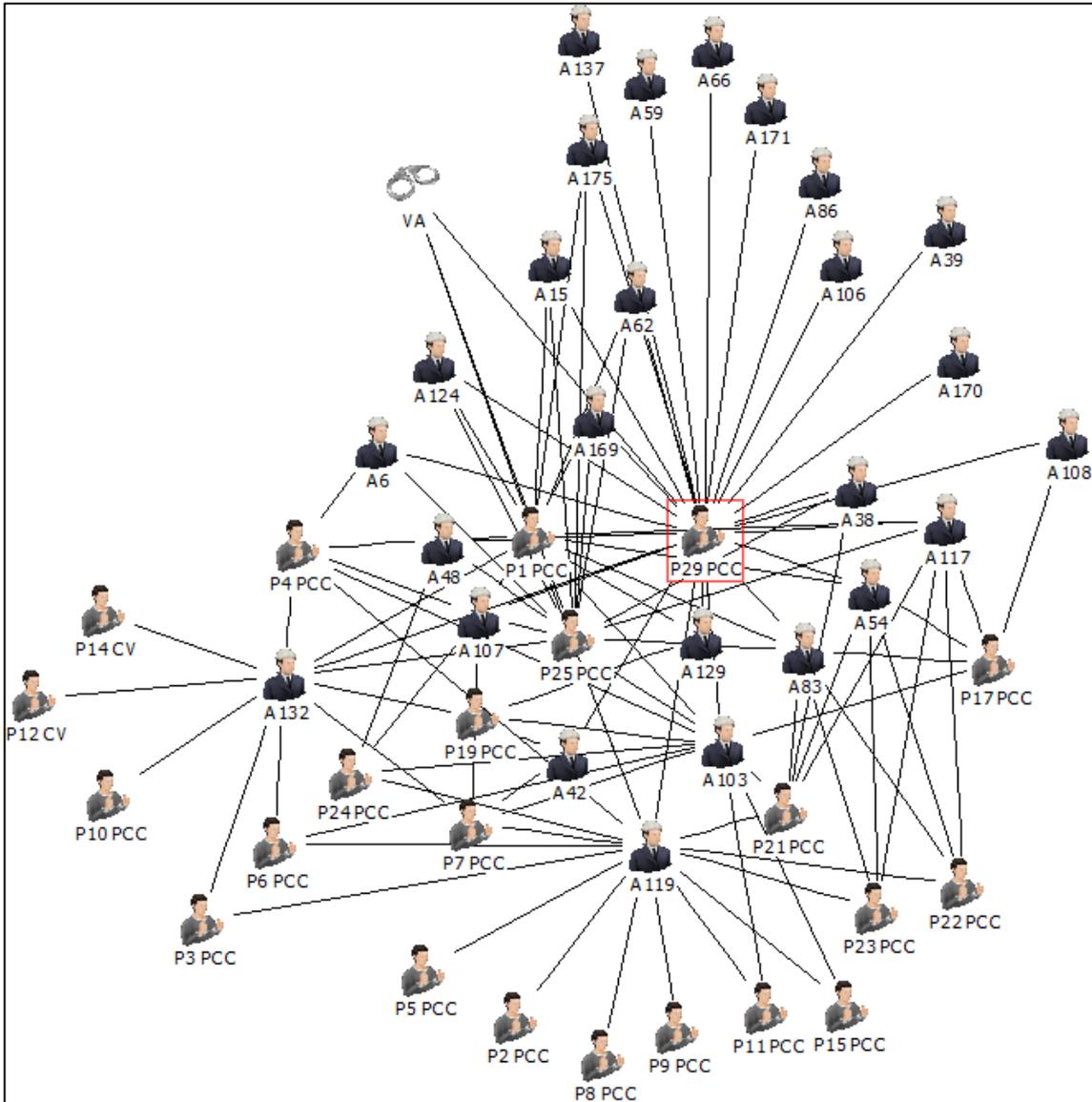
Figura 6 - Redes dos presos e advogados



Fonte: Dados da Pesquisa

A análise de rede social possibilitou verificar que o quantitativo de conexões não é feito de forma igualitária entre os presos, por exemplo, o P26 possui apenas 1 advogado, ao passo que o P25 possuía 52 advogados cadastrados entre ativos e inativos. A partir dos resultados obtido no software R, foi utilizado o software IBM® I2® para gerar as figuras dos vínculos individualizados. Logo, a figura 7 demonstra os vínculos que existiria entre o preso P25 e seus advogados cadastrados no SPF.

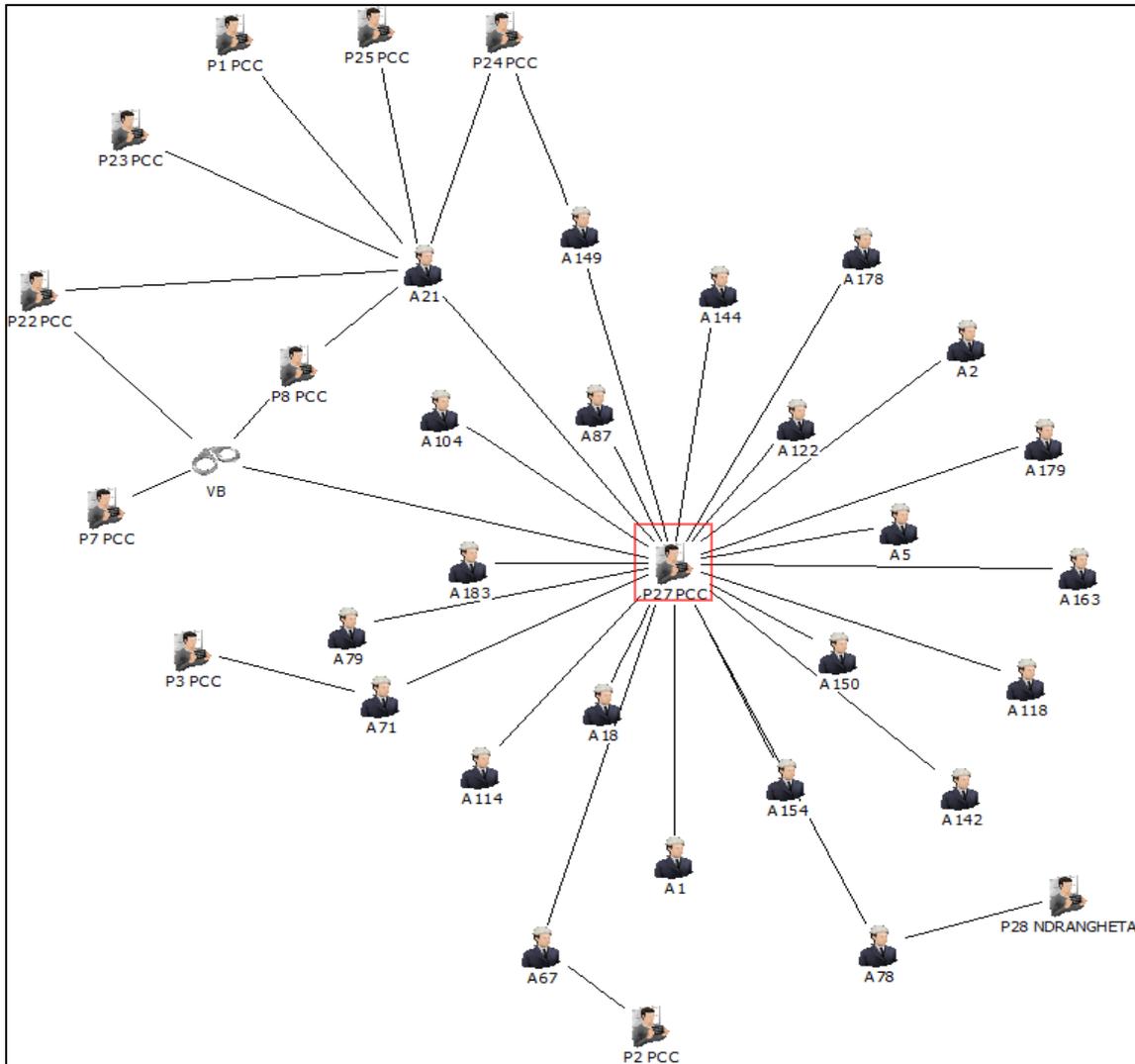
Figura 10 - Relação entre o preso 29, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

O preso P27 conta com 23 conexões direta e está alocado na vivência Bravo com outros 3 presos. Esse preso com auxílio de seus advogados possui ligação com o preso que integra a máfia italiana, conforme figura 11:

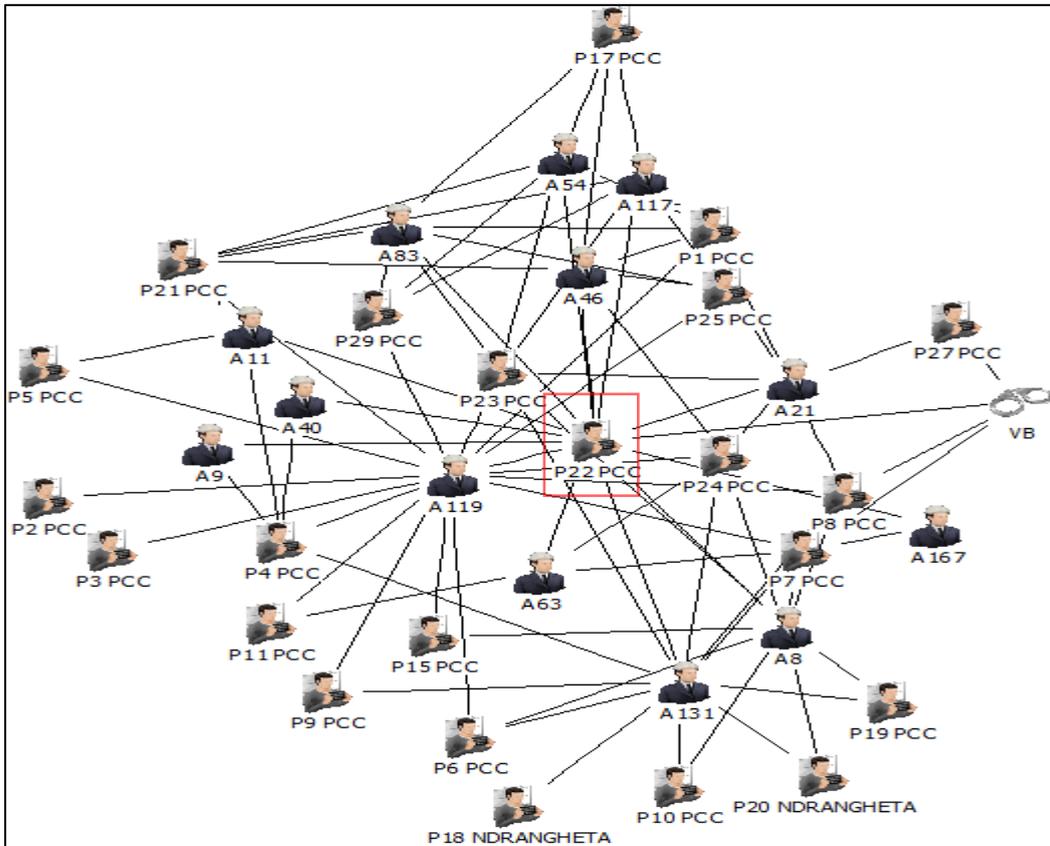
Figura 11 - Relação entre o Preso 27, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

Ao se observar a região central da figura 9 no software R, nota-se a presença muito próxima dos presos P7, P21 e P22, que possuem respectivamente 14, 12 e 13 conexões. Conforme a análise, esses presos encontram-se bem no meio da rede e fazem parte da sintonia final da organização criminosa. É possível dizer que esses presos possuem capacidade de se articular com os demais presos, como também enviar ordens para o mundo exterior, conforme Figuras 12, 13 e 14:

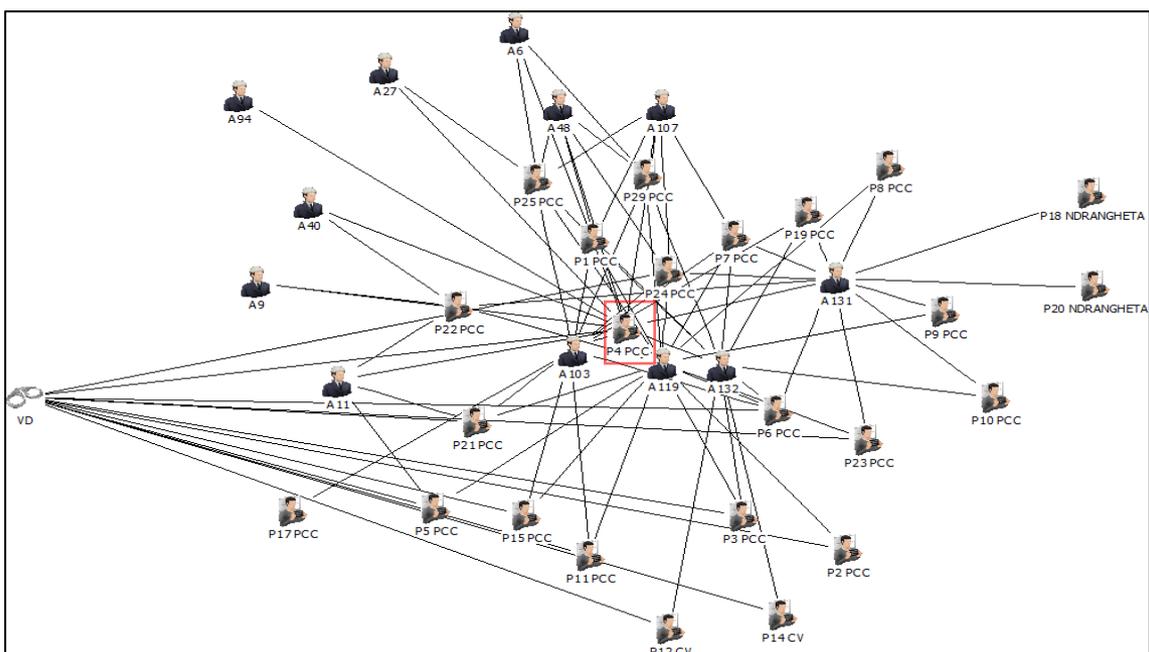
Figura 14 - Relação entre o Preso 22, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

O preso P4 possui 12 conexões, mas conforme se visualiza na rede social, este preso está localizado em local estratégico, com alta centralidade, conforme Figura 15:

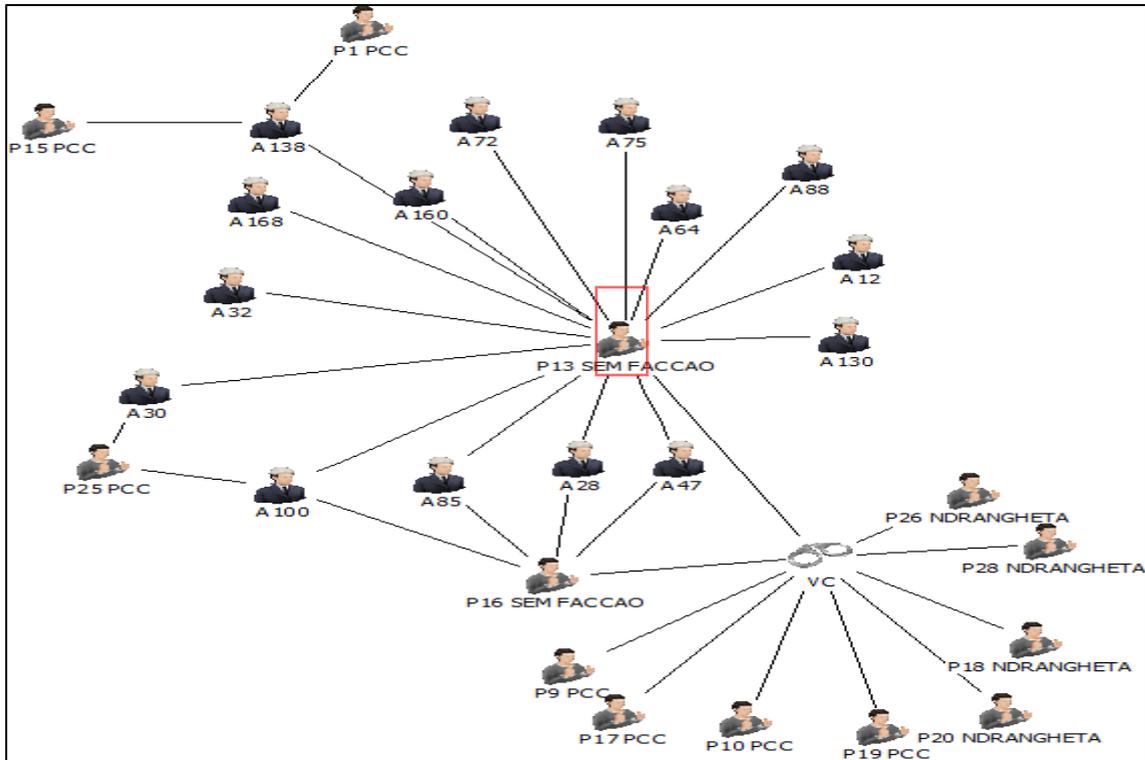
Figura 15 - Relação entre o Preso 4, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

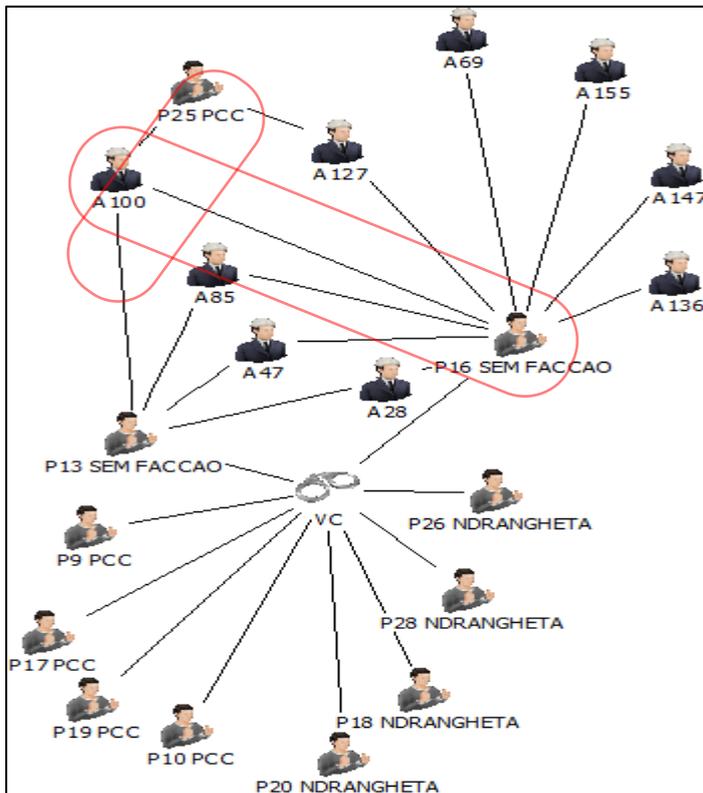
As figuras 16 e 17 permitem visualizar as redes dos presos P13 e P16:

Figura 16 - Relação entre o Preso 13, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

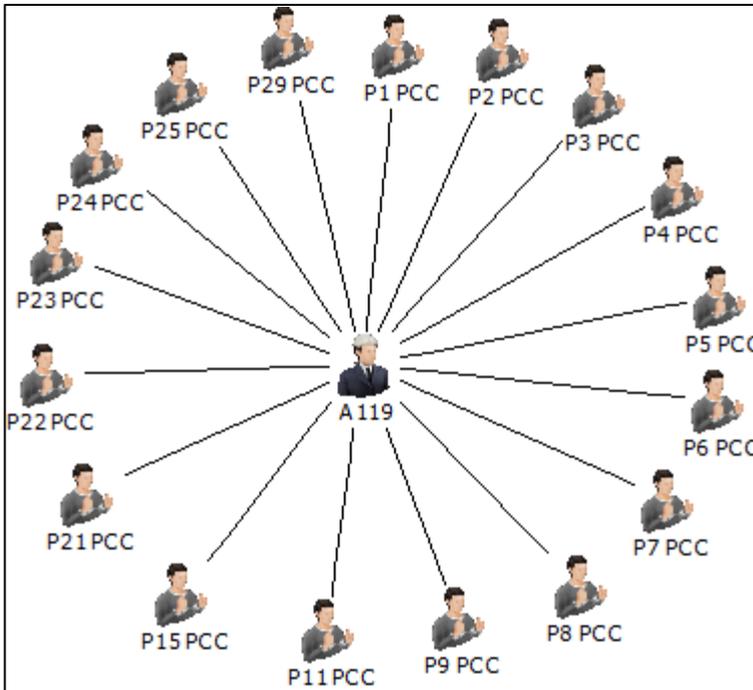
Figura 17 - Relação entre o Preso 16, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

As figuras 18, 19, 20 trazem os advogados que mais possuem contato com os presos.

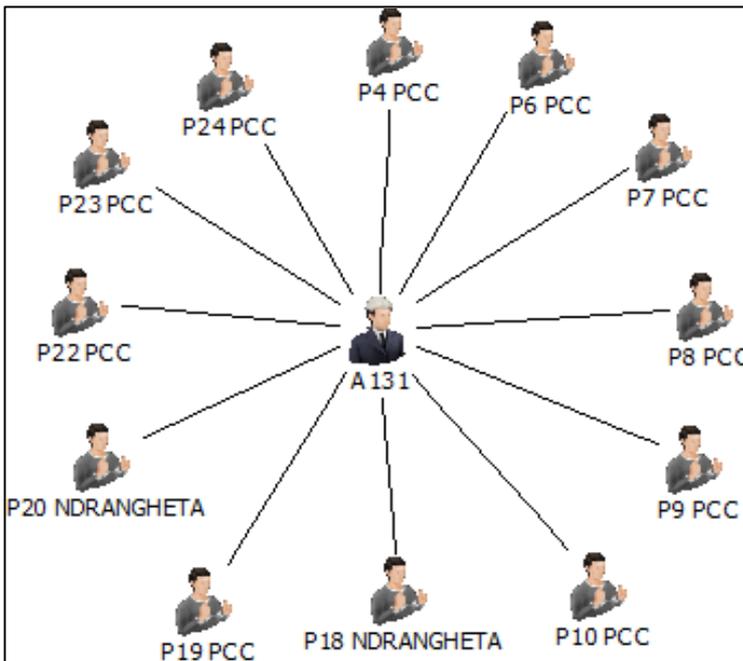
Figura 18 - Relação entre Advogado 119 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 18, nota-se que o advogado A119 somente possui vínculo com os presos oriundos do PCC.

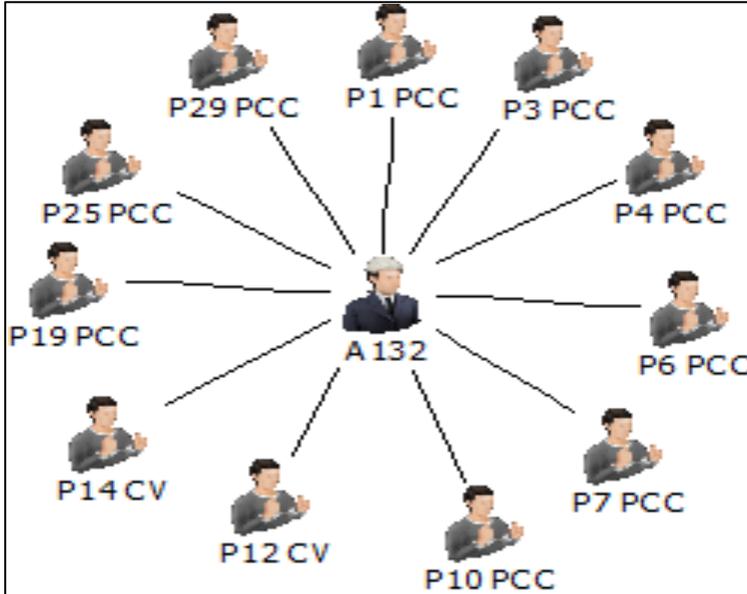
Figura 19 - Relação entre o Advogado 131 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Já na figura 19, o advogado A131 atende os presos do PCC e da máfia Ndrangueta.

Figura 20 - Relação entre o Advogado 132 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 20, diferentemente dos outros advogados, o A132 atende aos presos do PCC e do CV.

Por meio da tabela 7 verifica-se o quantitativo de vínculos entre os presos e os advogados cadastrados no SPF.

Tabela 6 - Vínculos de presos com advogados

Presos	Vínculo com os Advogados
P25 PCC	52
P1 PCC	33
P29 PCC	27
P27 PCC	24
P24 PCC	19
P15 PCC	17
P13 SEM FACÇÃO	16
P17 PCC	16
P7 PCC	15
P22 PCC	14
P21 PCC	13
P4 PCC	13
P6 PCC	13
P19 PCC	11
P5 PCC	11
P16 SEM FACÇÃO	10

P18 NDRANGHETA	9
P23 PCC	9
P20 NDRANGHETA	8
P11 PCC	7
P14 CV	7
P2 PCC	7
P8 PCC	7
P10 PCC	6
P3 PCC	6
P12 CV	5
P28 NDRANGHETA	4
P9 PCC	4
P26 NDRANGHETA	1

Fonte: Dados da pesquisa

Já a tabela 8 demonstra o quantitativo de vínculos entre os advogados e os presos.

Tabela 7 - Advogados com maior quantidade de conexão

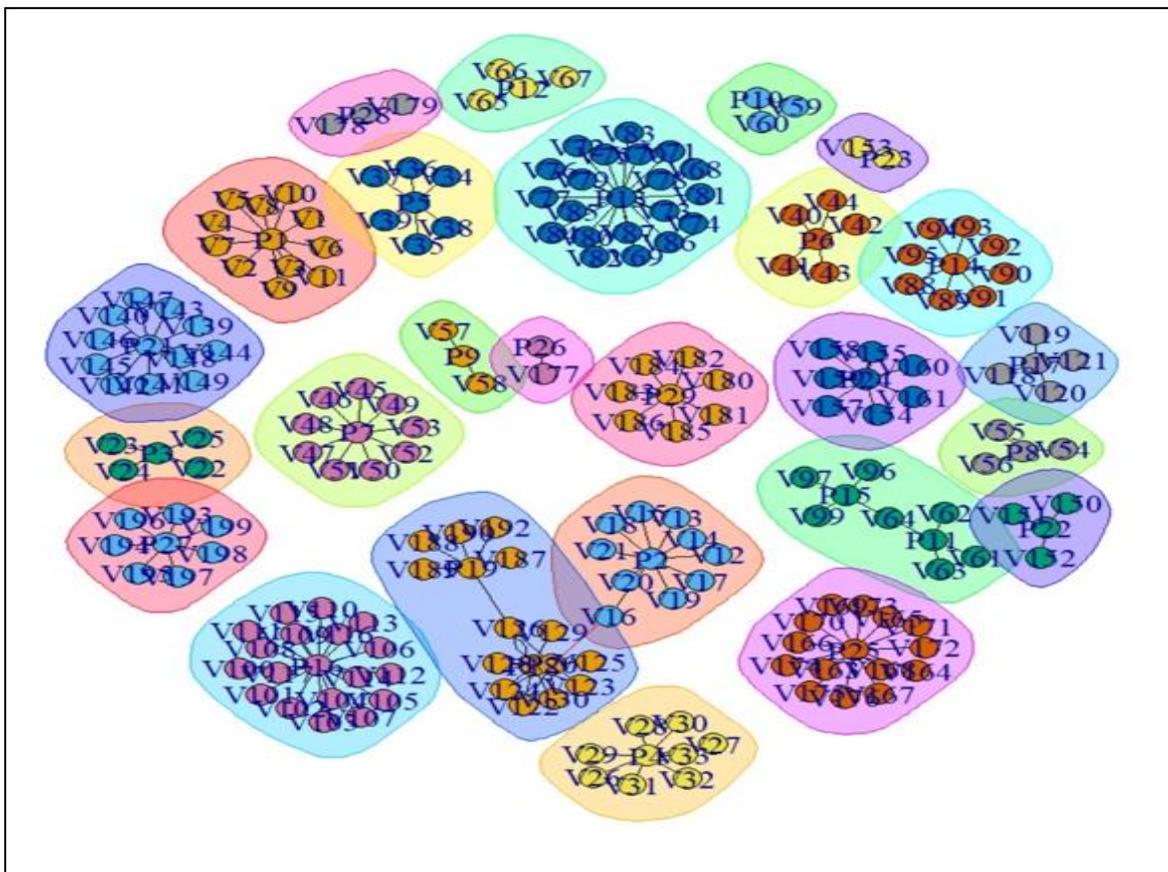
Advogados	Vínculo com os Presos
A119	17
A113	12
A131	12
A132	11
A8	10
A117	7
A21	7
A83	7
A107	6
A46	6
A54	6
A48	5

Fonte: Dados da pesquisa

4.3.4. Redes – Relação entre os Presos X Visitas

Dessa forma, foi verificado as relações estabelecidas entre os presos e seus visitantes, conforme Figura 21:

Figura 21 - Redes dos presos e suas visitas



Fonte: Dados da pesquisa

Uma outra forma de os presos que estão custodiados no SPF se relacionarem com o mundo exterior, ocorre por meio dos relacionamentos estabelecidos através de suas visitas.

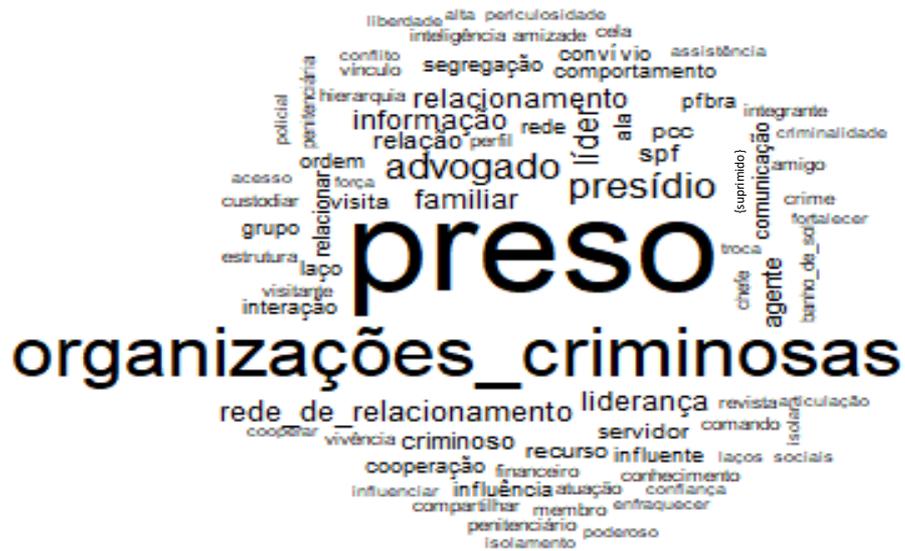
4.4. Das percepções dos servidores sobre a rede de relacionamento na PFBRA

Para atingir o objetivo de avaliar a percepção dos servidores sobre o fenômeno da formação das relações sociais dos presos na PFBRA, organizou-se e descreveu-se as percepções dos 21 (vinte e um) respondentes. Além disso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo utilizando o software Iramuteq. Como informado anteriormente, foi suprimido os nomes dos presos por conta do sigilo que se exige.

Foram aplicados questionários dividindo-se em 3 itens: no primeiro, é solicitado o perfil do respondente; em seguida, são realizadas 07 (sete) perguntas sobre a rede de relacionamento na PFBRA; por fim, questões finais com 03 perguntas.

Após, foram identificadas as palavras mais repetidas pelos respondentes. Dessa forma, obteve-se o seguinte resultado:

Figura 22 - Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que as palavras mais evocadas, conforme quadro abaixo, foram:

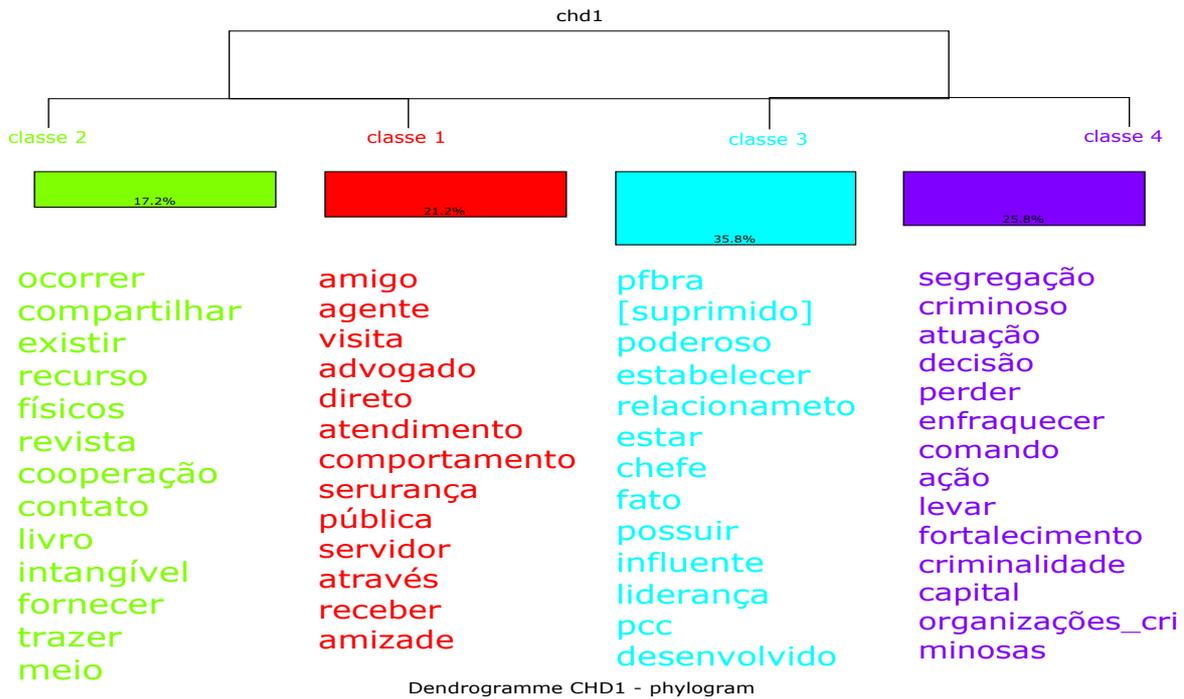
Tabela 8 - Palavras mais evocadas

Palavras	Frequência
Preso	f=202
Organizações criminosas	f=96
Presídio	f=43
Advogado	f=37
Líder	f=30
Rede de relacionamento	f=27
Liderança	f=24
Familiar	f=23

Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, por meio do Gráfico 12, observa-se uma análise adicional, isto é, os clusters de palavras por classe (classificação hierárquica descendente) trazidos no dendograma gerado com auxílio do software Iramuteq.

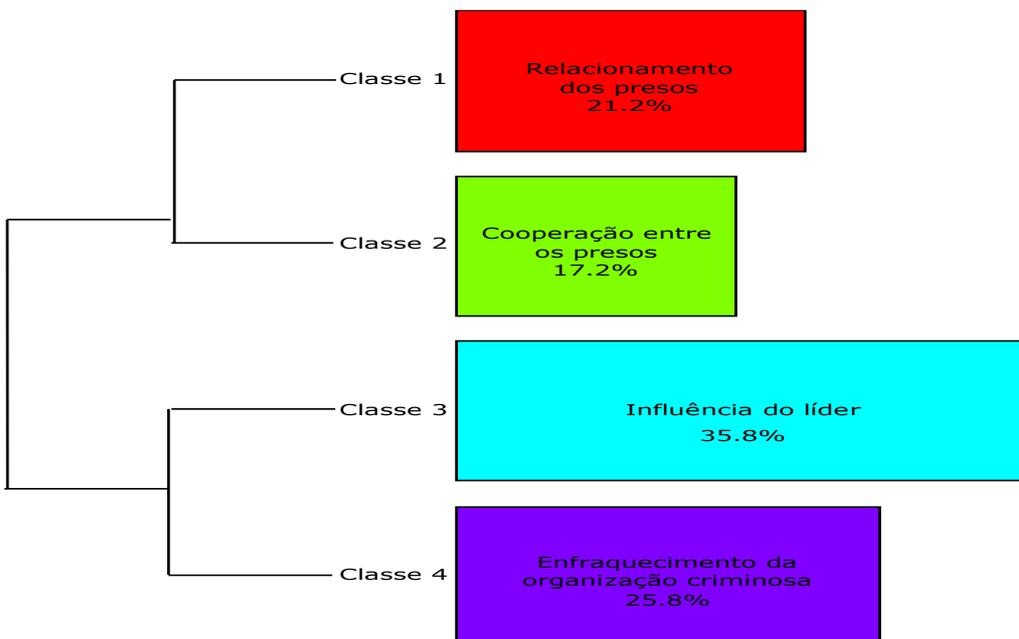
Gráfico 12 - Dendograma das classes



Fonte: Dados da pesquisa

Assim, o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1 – relacionamento dos presos, com 32 ST (21,19%); Classe 2 – Cooperação entre os presos, com 26 ST (17,22%); Classe 3 – Influência do líder, com 54 ST (35,76%); Classe 4 – Enfraquecimento da organização criminosa, com 39 ST (25,83%), como evidenciado no Gráfico 13:

Gráfico 13 – Categorização das Classes



Fonte: Dados da pesquisa, formatado pela autora

4.5. Discussões dos Resultados

Conforme os dados coletados para montar o perfil dos presos na PFBRA, percebe-se que possuem o perfil muito semelhante, com 72% dos presos sendo membros e simpatizantes do PCC; 86% possuem companheiras e a média de idade conforme a organização criminosa ficou no geral em 46,66 anos.

Em nível macro da rede, constatou-se que a rede possui seis clusters, sendo que em dois clusters existe apenas um preso monopolizando as conexões com os advogados e visitas.

Nota-se que o preso P25, além de possuir maior centralidade de grau e intermediação na rede geral, é o único preso do cluster II. Diferentemente do P27, do cluster V, que apesar de dominar o subgrupo não possui alto grau de centralidade. Dessa forma, verificou-se que não há uma relação direta entre a centralidade de grau e o monopólio do cluster, corroborando a esse entendimento, identificou-se que o preso P13, com alta centralidade de grau e intermediação, encontra-se no cluster VI com mais nove presos.

Seguindo para o nível micro da rede, nota-se que alguns atores se destacam na rede. É possível verificar que os presos possuem um potencial relacional maior quando se refere ao elemento relacional advogados. Conforme o resultado apresentado na rede com os advogados, verifica-se que o P25, recluso na vivência Alfa, junto aos presos P1 e P29, fato este que lhe proporciona um alto potencial relacional em relação aos presos de sua vivência, atua como intermediário na rede, sendo o preso que mais possuía advogados cadastrados (52). Além disso, alguns de seus advogados prestam serviços a outros membros do PCC, para os presos de outras organizações criminosas e para os que atuam de forma independentes não pertencendo a nenhuma organização, por exemplo, o advogado A132 que presta serviço para os presos P14 (CV) e P12 (CV); e o A100 que presta serviço para os presos P13 (sem facção) e P16 (sem facção).

Em seguida, nota-se que os presos P1 e P29 que também estão na vivência Alfa, possuem um potencial relacional quando se trata do elemento advogado, contando respectivamente com 33 e 26 conexões. Ambos possuem o advogado A132, o que os conecta também aos presos do CV. Nota-se que os três presos reclusos na vivência Alfa, além de possuírem um alto elemento relacional quando se trata do

elemento vivência, possuem um alto elemento relacional quando a relaciona com o elemento advogados. Neste sentido, o advogado funciona como um valioso elemento relacional para os presos, já que é um meio utilizado para que o preso extrapole o limite de sua vivência, além de funcionarem como vínculos extramuros.

Verifica-se que os presos P25, P1 e P29 possuem o poder de negociar e interagir com outros membros que não sejam do PCC. São atores com alta centralidade de grau, por conta do quantitativo de conexão que possuem; alta centralidade de intermediação já que conectam regiões diferentes na rede; e possuem centralidade geodésica, que significa poder. Pode-se dizer que se esses presos não forem o líder, possuem características para uma futura candidatura ao título de líder do grupo. Neste estudo, os presos P25 e P1 fazem parte da sintonia final e o P29 da sintonia geral do PCC, dessa forma, pode-se dizer que esses presos fazem parte da alta hierarquia no PCC e estão visíveis na rede. Portanto, esses atores estão mais visíveis e vulneráveis à detecção pelos órgãos de segurança.

Já o preso P27, está alocado na vivência Bravo, juntamente com mais três integrantes do PCC (P7, P8 e P22). Dentro dessa vivência, esse preso possui um alto potencial relacional em relação aos membros que estão reclusos nela. Entretanto, esse preso possui 24 conexões com advogados, funcionando como conector junto a outros grupos, conforme figura 11. Por funcionar como conector, esse preso tem potencial de crescimento, além de contar com um possível prestígio perante seus pares. Esse preso é membro ou simpatizante do PCC, trabalhando no tráfico internacional na fronteira com o Paraguai. Alguns de seus advogados prestam serviço para membros do PCC, mas observa-se que seu advogado A78 também presta serviço ao preso P28 membro da máfia italiana Ndrangheta, o que poderia facilitar o fluxo de informações e expandir seus negócios pelos países.

O preso P7 aparece no centro dessa rede, está recluso na vivência Bravo com os presos P8, P22 e P27. Nota-se que na vivência o preso P7 possui pouco potencial relacional, porém já em relação ao elemento relacional advogado o preso possui 14 conexões. Verifica-se que alguns de seus advogados prestam serviço para presos do PCC, do CV e da máfia italiana Ndrangheta.

Já o preso P13, recluso na vivência Charlie, não é membro de organização criminosa, e em sua vivência encontram-se presos do PCC e da máfia italiana Ndrangheta. Na rede geral esse preso aparece com altíssimo grau de centralidade e

intermediação, diferentemente da rede dos advogados, em que possui baixa centralidade. O preso P13 por intermédio dos advogados A30 e A100 se conecta ao preso P25 do PCC; e o advogado A138 ao preso P1 do PCC. Como já verificado, os presos P25 e P1 possuem o poder de negociar e interagir na rede. Já o preso P13 possui altíssimo poder aquisitivo e influência no mundo do crime, sua área de atuação envolve a fronteira com o Paraguai.

Da análise da rede, verifica-se que alguns presos possuem alta centralidade de grau e intermediação (P25, P13, P1, P16). Embora esses atores estejam na posição de corretagem, eles estão altamente visíveis na rede, o que os torna vulneráveis à aplicação da lei.

Constata-se que, alguns advogados prestam atendimento para presos da mesma facção, além de presos que são membros de facção diversa e em alguns casos para presos que não possuem condições financeiras. Nota-se que, existe um compartilhamento de advogados que atendem no SPF. Pode-se dizer que esse compartilhamento faz parte da cooperação existente entre os presos. Corrobora esse entendimento a classe que retrata a cooperação e o compartilhamento de recursos na PFBRA, quando se verifica que a cooperação ocorre até entre os presos que são membros de organizações criminosas rivais.

Na visualização da rede, conforme figura 6, o preso P4 possui 13 conexões, está localizado em local estratégico na rede. Esse preso faz parte da sintonia da gravata do PCC, atua em São Paulo, e conforme os órgãos de segurança ele possui perfil de articulador, fato esse é que corrobora com o achado na rede.

Verifica-se que o preso P26 está isolado com o advogado A90 dentro da rede. Já o P25 é o que possui maior número de ligações, totalizando 52. O P25 apesar de possuir pouco vínculo com outros presos na vivência que se encontra, é o preso que mais teve advogados cadastrados para atendê-lo durante sua permanência no SPF, por conta disso, ele possui muitos vínculos que extrapola os muros da PFBRA. Esse preso está inserido na rede da organização criminosa PCC. Pela quantidade de conexões com advogados, pode-se dizer que esse preso possui alto poder aquisitivo para arcar com os custos desses advogados.

Já na rede cujo elemento relacional são as visitas, trata-se de uma rede formal. É possível verificar que somente os presos P2, P8 e P19 possuem visitas que

conversam com mais de um preso. Por conta dos procedimentos adotados na PFBRA, por exemplo, o uso do parlatório nas visitas, verifica-se a dificuldade imposta para que a informação trafegue entre os presos na PFBRA, já que as visitas em sua grande maioria só conversam com um preso. Entretanto, nota-se que os presos podem utilizar as visitas para enviar a informação ao mundo exterior.

No que tange a transmissão de informações com exterior dos presídios, esta pesquisa evidenciou os advogados como um dos atores (nó) das redes criminosas e, em agosto de 2022, foi noticiado na grande mídia a deflagração da operação “Anjos da Guarda”, em que advogados teriam extrapolados os limites da assistência jurídica, que é um direito do preso, e serviram como “pombo-correio” para a transmissão de recados. Nota-se nessa operação que a organização criminosa PCC usou da rede ilícita de comunicação para o repasse de mensagens, por intermédio dos advogados, entre os membros presos no SPF e os que estavam soltos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

Corroborando com esses achados, verifica-se na percepção dos servidores que os advogados e as visitas são imprescindíveis para a manutenção da conexão do preso com os outros presos e com mundo exterior.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu compreender a formação das redes de relações sociais dos presos na PFBRA. Isso foi atingido por meio de três objetivos específicos, que foram trabalhados na perspectiva da Análise de Rede Social e com apoio dos softwares R e IBM® i2®, e dos questionários abertos, no qual os textos dos respondentes foram tratados com base nas diretrizes do método de Análise de Conteúdo e do uso do software Iramuteq.

O primeiro objetivo específico tinha como foco mapear a rede de relacionamento dos presos que estão reclusos na PFBRA. Verificou-se que as análises de redes não são frequentemente utilizadas nas pesquisas em ambientes prisionais, pois há grandes desafios na coleta de dados desse tipo de objetivo de investigação, sendo preciso adaptar os procedimentos metodológicos por causa das peculiaridades existentes no contexto prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGE, 2019; KREAGER et al., 2016). Desse modo, neste estudo, a análise de redes sociais foi realizada com os dados oriundo do SIAPEN e tratados por meio dos softwares R e IBM® i2® e, também, foi atribuído para cada ator um identificador próprio e exclusivo, conforme o estudo realizado por Bright et al. (2015), que ao coletar os dados deu a cada ator um identificador alfanumérico único, isto é, de N1 a N128. Uma das preocupações referente ao ambiente prisional refere-se ao cuidado que o pesquisador deve ter para que as combinações dos atributos individuais e a posição do ator na rede não permitam a identificação de pessoas específicas (ADAMS, 2019).

Então, para realizar esse mapeamento foram utilizados como elementos relacionais as organizações criminosas que os presos pertencem; as vivências que os presos estão alocados; os advogados que estão cadastrados e suas visitas. As estruturas das redes criminosas podem ser compostas por vários subgrupos, sendo cada um baseado em conexões que facilitem de alguma forma a troca de algum recurso dentro da rede, por exemplo a informação (BRIGHT et al., 2015). Por isso, para Agreste et al. (2016) compreender a estrutura da máfia significa desvendar o papel de cada membro dentro da rede.

Em seguida, com o mapeamento da rede de relacionamento dos presos, partiu-se para o segundo objetivo específico, que consistia em descrever como são formadas

as redes dos presos. Desse modo, observou-se que uma das características para a formação de relacionamento da rede na PFBRA ocorre pela homofilia, destacando-se a organização criminosa PCC porque possui o maior quantitativo de membros reclusos dentro da unidade. No contexto prisional, a formação das relações pela homofilia foi verificada nos estudos de Schaefer et al. (2017) e Sentse et al. (2019), esse achado também corrobora os estudos nas redes informais de Chen e Krauskopf (2013), onde os atores possuem alto grau de homofilia.

Neste estudo, foi possível observar que poucos atores possuem altíssima centralidade de grau e intermediação. Esses atores apesar de terem um posicionamento estratégico na rede, também estão mais visíveis, o que os torna mais vulneráveis para serem detectados pelos órgãos de segurança, como corroborado pelo estudo de Bright et al. (2015). Os atores que possuem somente alta centralidade de grau são os que mais possuem conexões e que estão mais visíveis. Diferentemente dos atores com baixa centralidade de grau, mas que estejam estrategicamente.

Estudos apontam que os líderes não aparecem com alto grau de conexão, o que vai ao encontro dos achados de Krajewski, DellaPosta e Felmler (2022) e Agreste et al. (2016). O contraste entre a centralidade de grau e intermediação é importante para identificar as várias localizações dos atores em uma rede, identificando seu posicionamento estratégico e suas vulnerabilidades, a exemplo dos resultados na recente pesquisa de Faust e Tita (2019). A remoção dos atores que possuem alto grau de intermediação pode desestabilizar a rede.

O último objetivo específico teve como cerne avaliar a percepção dos servidores sobre a interação social dos presos. A análise de conteúdo, desenvolvida nos questionários com questões abertas, e as análises textuais feitas pelo Iramuteq, corroboraram com os achados já encontradas nas primeiras análises do método de análise de rede social (ARS). Assim, o resultado das análises textuais auxiliadas pelo software Iramuteq evidenciaram quatro classes: Relacionamento dos presos (21,19%); Cooperação entre os presos (17,22%); Influência do líder (35,76%); e Enfraquecimento da organização criminosa (25,83%). Nota-se que essa categorização enfatiza a análise realizada.

As análises de rede social dos presos são matéria-prima para subsidiar política penitenciária (SENTSE et al.2019). Para Kreager et al. (2015), com as análises há a

possibilidade de realizar-se a gestão adequada dentro do ambiente prisional de forma a romper a coesão dos grupos criminosos através da segregação ou transferência dos presos com o propósito de limitar a interação entre eles. Desta forma, os respondentes explicitaram que o SPF utiliza o mapa estratégico para distribuir os presos entre as 05 cinco penitenciárias federais, visando a desarticulação das organizações criminosas, impedindo que esses presos formem novas alianças dentro do sistema e garantindo a segurança do SPF e de seus atores.

Isto posto, verifica-se que no elemento relacional das organizações criminosas, observou-se que a maior parte dos presos reclusos na PFBRA são membros ou simpatizantes da organização criminosa PCC. Esses presos estão distribuídos nas 04 vivências na PFBRA como estratégia utilizada pela administração para diminuir a capacidade de articulação dos presos, de forma a dificultar o fluxo de comunicação entre eles.

Entretanto, dentro do sistema prisional, esse fluxo de comunicação pode ocorrer por meio das visitas ou advogados. As evidências explícitas nesta pesquisa coadunam com o estudo realizado por Agreste et al. (2016), que mostrou que as comunicações indiretas são realizadas por intermediários que não possuem antecedentes criminais e são pessoas acima de qualquer suspeita. Esses atores não criminosos atuam, algumas vezes, como conectores indiretos entre os membros as organizações criminosas, favorecendo a eficiência da rede (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009).

Em relação aos advogados que prestam assistência jurídica aos presos, verifica-se que, em alguns casos, essa atuação extrapola os limites da assistência jurídica, já que alguns advogados são cooptados pelas organizações criminosas para funcionarem como transmissores de recados, principalmente quando o preso está recluso na penitenciária federal, já que o sistema adotado pelo SPF dificulta a comunicação entre os presos e os criminosos que estão soltos ou nos presídios estaduais, como relatado por Eleutério e Souza (2022), no qual alguns advogados atuavam como transmissores de recados entre presos da organização criminosa PCC e presos que estavam soltos.

Diante desse fato, recentemente foi noticiado perante a grande mídia a deflagração da operação “Anjos da Guarda” em que advogados teriam extrapolados os limites da assistência jurídica, que é um direito do preso, e serviram como “pombo-

correio” para a transmissão de recados. Nota-se nessa operação que a organização criminosa PCC usou da rede ilícita de comunicação para o repasse de mensagens, por intermédio dos advogados, entre os membros presos no SPF e os que estavam soltos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

De acordo com o Ministério Público de São Paulo, a organização criminosa PCC criou em seu organograma a sintonia chamada “gravata”, em referências aos advogados que atuam nas defesas dos membros das organizações, como também daqueles que extrapolam esse limite, atuando como “pombo-correio” para a transmissão de recados dos líderes que estão custodiados no SPF. A exemplo disso, tem-se a operação Ethos, que revelou a utilização dos advogados pelo PCC para fins diversos da advocacia (ADORNO, 2018).

Apesar do monitoramento realizado nos parlatórios dos presídios federais, há vários casos de advogados que atuam como mensageiros do crime organizado, na Operação Pulso Firme, verificou-se que a advogada atuava como integrante da organização criminosa, dando continuidade aos negócios ilícitos dos líderes que estavam reclusos no SPF (MPRS, 2018). Nota-se que mesmo sabendo que a conversa era monitorada, as advogadas e os presos trocavam informações que eram relevantes para a manutenção da organização criminosa.

Recentemente, uma advogada foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território (TJDFT) por atuar como mensageira para a organização criminosa PCC. Em pouco tempo a advogada havia passado de 2 para 11 presos, todos da organização criminosa PCC (CARONE; PINHEIRO, 2021).

Mostra-se que o monitoramento das conversas realizadas no parlatório atua como medida necessária para se evitar a cooptação dos advogados pelas organizações criminosas, dessa forma, se evita que sejam pressionados a aturem como mensageiros.

Já no sistema prisional estadual não existe esse rigor, o que corrobora para um maior fluxo de informação e cooptação de advogados. De acordo com várias investigações realizadas pelos órgãos judiciais e divulgados pela mídia, muitos advogados atuam nos presídios estaduais como mensageiros entre os criminosos que estão presos e os que estão soltos (G1 PARÁ, 2022; G1 RN, 2022; CARRARETTO, 2021).

As redes criminosas são dinâmicas, ou seja, se adaptam conforme os órgãos de segurança interrompem ou desmantelam seu funcionamento. Entretanto, algumas dessas redes, apesar de serem eventualmente interrompidas continuam tendo atuação expressiva no crime (HUGHES; BRIGHT; CHALMERS, 2017).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de utilização de medidas, pelo sistema penitenciário, que visem coibir a cooptação dos advogados pelas organizações criminosas. Nesse sentido, a PFBR atua realizando o monitoramento dos atendimentos entre os presos e seus advogados, como medida preventiva, a fim de se evitar que os advogados sejam utilizados para fins ilícitos.

Outra medida adotada pelo SPF foi a alteração do procedimento referente as visitas. Anteriormente, as visitas eram realizadas no pátio de visitas ou nas salas de visitas íntimas e não eram monitoradas, fazendo com que os presos se aproveitassem dessa brecha para o envio de ordens ao mundo exterior com suas visitas, mantendo, assim, sua influência no crime organizado. Uma das ordens emanadas pela organização criminosa, que repercutiu muito na mídia, foi a execução de 03 (três) servidores do SPF a mando do PCC. Em um dos casos, as investigações apontaram que um preso recluso na penitenciária federal utilizou da visita íntima e de outros presos para repassar ordens a membros do PCC para executar agentes como forma de intimidar os servidores que atuam nas penitenciárias federais (UOL, 2017, 2017). Muitas das vezes, essas redes criminosas incluem atores não criminosos, como amigos e familiares (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009). Conforme estudo com os contrabandistas de álcool na Noruega, estes utilizam seus familiares como apoio logístico (LAMPE; JOHANSEN, 2004).

Dessa forma, a medida utilizada para evitar a retransmissão de recados e bilhetes dentro do SPF, além de realizar uma adequada distribuição dos presos dentro do sistema, é monitorar as conversas entre o preso, sua visita e seus advogados mediante os parlatórios, ocorrendo a restrição do contato físico e a utilização do interfone nas conversas. Essa relativização da privacidade é de caráter preventivo, porém, o conhecimento produzido por meio do acompanhamento de áudio é uma ferramenta de prevenção que ajuda na identificação da periculosidade do preso, seu grau hierárquico dentro da organização criminosa e outras informações relevantes ao gestor, visando desarticular as organizações criminosas e garantir a ordem pública.

As conclusões apresentadas nesta pesquisa podem nortear o gestor penitenciário em relação aos problemas inerentes as formações dos vínculos e trocas de informações no ambiente prisional, possibilitando com as evidências encontradas detectar e remover os presos que estão em posição estratégica na rede.

No que tange as **limitações** para presente pesquisa cabe destacar que não é possível fazer coleta de dados diretamente com o preso, então a interação dos presos foi mensurada por meio dos dados secundário contidos no Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN que permitiu a execução da pesquisa, embora traga restrições para a Análise de Redes Sociais. Adicionalmente, para minimizar essa limitação, houve a aplicação de questionário aberto para 21 respondentes, entre servidores e gestores do DEPEN, no intuito de ampliar o poder explicativo do fenômeno investigado. Além disso, houve a possibilidade de que as respostas nos questionários possam descrever parcialmente as opiniões reais das pessoas por razões conscientes (medo, por exemplo) ou inconscientes ou, ainda, por desconfiança dos respondentes sobre a finalidade da pesquisa. Então, buscou-se, neutralizar esses aspectos, fazendo uma introdução explicativa dos objetivos do estudo, sigilo do respondente e liberdade para adesão voluntária, antes da aplicação dos questionários.

Para **estudos futuros**, sugere-se a realização de pesquisa que verifique as relações entre os presos reclusos nas 5 (cinco) penitenciárias federais e em penitenciárias de outros níveis da federação, o que proporcionará uma visão mais detalhada da rede de relacionamento referente as organizações criminosas que atuam no interior do sistema prisional.

Além disso, como possíveis trabalhos futuros, a primeira limitação desta pesquisa pode ser considerada como um desafio para a continuidade da pesquisa e, nesse sentido, sugere-se a utilização de técnicas de ARS em um número menor de casos para mensurar as relações entre mais atores (nós) que interagem com o encarcerado.

Outra potencial proposta de pesquisa seria a de verificar a relação entre os advogados que atuam no SPF e os presos do sistema prisional estadual, considerando que alguns advogados podem funcionar como transmissores de informações.

6. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- ADAMS, J. **Gathering social network data**. Sage, Thousand Oaks, 2019.
- ADORNO, S.; DIAS, C. N. **Cronologia dos “ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 118-132, 2016.
- AMORIM, C. **CV - PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- BOONE, M., ATHOFF, M., & KOENRAADT, F. **Het Leefklimaat em Justitiele Inrichtingen**. Den Haag: Boom juridisch, 2016.
- BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G., JOHNSON, J. C. **Analyzing social networks**. (J. Seaman, Ed.), SAGE Publications Ltd (2o edition). London. 2018.
- BRIGHT, D. A.; BREWER, R.; MORSELLI, C. **Using social network analysis to study crime: Navigating the challenges of criminal justice records**. Social Networks, 66, 50-64, 2021.
- BRONSON, E. F. **“He Ain’t my Brother... He’s my Friend” Friendship in Medium Security Prison**. Critical Issues in Justice and Politics, 1 (1), 63-74, 2008.
- CREWE, B. **The Prisoner Society: Power, Adaptation and Social Life in an English Prison**. Oxford University Press, Oxford, 2009.
- CROSS, R.; PARKER, A. **The hidden power of social networks – understanding how work really gets done in organizations**. 1 ed. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 2004.
- DIAS, C. C. N. **Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político**, 2017.
- _____; BRITO, J. S. **A privatização das prisões em duas perspectivas: preso como mercadoria e gestão compartilhada com comandos**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2017.
- _____. **Disciplina, controle social e punição. O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v, 9, n. 85, 2014
- _____. **PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo, Saraiva, 2013.
- FAUST, K.; TITA, G. E. **Social Networks and Crime: Pitfalls and Promises for Advancing the Field**. Annu. Rev. Criminol. 2, 99-122, 2019.
- FOX, K. A.; LANE, J.; TURNER, S. F. **Encountering correctional populations: a practical guide for researchers**. University of California Press, 2018.
- GRAIF, C.; LUNGEANU, A.; YETTER, A. M. **Neighborhood isolation in Chicago: violent crime affects on structural isolation and homophily in inter-neighborhood commuting networks**. Soc. Netw, 51, 40-59, 2017.

GRUND, T.; MORSELLI, C. **Overlapping Crime: stability and specialization of co-offending relationships**. *Soc. Netw*, 51, 14-22, 2017.

Huang, C.; Yi, H.; Chen, T.; Xu, X.; Chen, S. **Networked environmental governance: formal and informal collaborative networks in local China**. *Policy Studies*, v. 37, p. 281-320, 2020.

HUGHES, C., BRIGHT, D., CHALMERS, J. **Social network analysis of Australian poly drug trafficking networks: how do drug traffickers manage multiple illicit drugs?** *Soc. Netw.* 51, 135–147, 2017.

KRAJEWSKI, A.; DELLAPOSTA, D.; FELMLEE, D. **Vertical organizations, flat networks: Centrality and criminal collaboration in the Italian American Mafia**. *Social Networks* 68, 127–138, 2022.

KREAGER, D. A.; SCHAEFER, D. R.; BOUCHARD, M.; HAYNIE, D.; WAKEFIELD, S.; YOUNG, J.; ZAJAC, G. **Toward a Criminology of Inmate Networks**. *Justice Quarterlt*, 2015. DOI: 10.1080 / 07418825.2015.1016090.

_____ ; PALMEN, H.; DIRKZWAGER, A. J. E.; NIEUWBEERTA, P. **Doing your own time: Peer integration, aggression and mental health in Dutch male detainment facilities**. *Social Science & Medicine*, 151, 92-99, 2016. DOI:10.1016/j.socscimed.2016.01.004

LAMPE, V. K. **Organising the nicotine racket: Patterns of criminal cooperation in the cigarette black market in Germany**. *Criminal Finances and Organising Crime in Europe*, eds P. C. Van Duyne, K. von Lampe & J. L. Newell, Wolf Legal Publishers, 41-65, 2003.

_____ ; JOHANSEN, P. O. **Organized Crime and Trust: on the conceptualization and empirical relevance of trust in the context of criminal networks**. *Global Crime*, 6:2, 159-184, 2004.

LESSING, B.; WILLIS, G. D. **Legitimacy in Criminal Governance: Managing a drug empire from behind bars**. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 113, n. 2, 584-606, 2019.

LIEBLING, A.; ARNOLD, H. **Social relationships between prisoners in a maximum security prison: violence, faith and the declining nature of trust**. *Journal of Criminal Justice*, 40(5), 413-424, 2012.

MORSELLI, C.; GIGUERE, C.; PETIT, K.; **The efficiency/security trade-off in criminal networks**. *Soc. Netw*, 29 (1), 143-153, 2007.

_____. **Inside Criminal Networks**. New York, Springer, v. 8, 2009.

_____. **Crime and networks: criminology and justice studies**. Abingdon: Routledge, 1 ed., 2013.

NAGIN, D. S.; CULLEN, F. T.; JONSON, C. L. **Imprisonment and Reoffending**. *Crime and Justice*. The University of Chicago, v.38, 2009. <https://doi.org/10.1086/599202>.

OUELLET, M.; BOUCHARD, M.; HART, M. **Criminal collaboration and risk: the drivers of Al Qaeda's network structure before and after 9/11**. *Soc. Netw*, 51, 171-77, 2017.

OUELLET, M.; BOUCHARD, M. **The 40 members of the Toronto 18: group boundaries and the analysis of illicit network**. *Deviant Behav*, 39 (11), 1467-1482, 2018.

PAPACHRISTOS, A. V.; HUREAU, D. M.; BRAGA, A. A. **The corner and the crew: the influence of geography and social networks on gang violence**. *Am. Soc. Rev.* 78 (3), 417, 2013.

PAPACHRISTOS, A. V. **The network structure of crime**. *Sociology Compass*, v. 8, 347-357, 2014.

PAOLI, L. **The Paradoxes of Organized Crime**. *Crime Law and Social Change*, v. 37, n. 1, p. 51-97, 2022.

RAMOS, M. M. A.; RAMOS, P. L.; NETO, F. L.; BARBA, P. C. S. D. **Utilização do Software R em pesquisas na terapia ocupacional**. *Cad. Bras. Ter. Ocup.* 27 (01), Jan 2019. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoCB1625>

REYES JUNIOR, E.; REIS, A. L. N.; COSTA, V. F. S.; SANTOS, Y. A. D. **Relações interpessoais e sua influência na satisfação dos acadêmicos**. *Revista De gestão e secretariado*, v. 9, n. 3, p. 206-228, 2018.

RIBEIRO, L. M. L.; OLIVEIRA, V. N.; CREPALDE, N.; BASTOS, L. M.; MAIA, Y. C. **Agentes penitenciários aprisionados em suas redes?** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 34, n. 101, e3410115, 2019.

SALLA, F. **Práticas punitivas no cotidiano prisional**. *O Público e o Privado*, n. 26, 2015.

_____. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**. In *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006.

SCHAEFER, D. R. **Youth co-offending networks: an investigation of social and spatial effects**. *Soc. Netw*, 34 (1), 141, 2012.

_____; BOUCHARD, M.; YOUNG, J. TN; KREAGER, D. A. **Friends in Locked Places - An Investigation of Prison**. *Inmate Network Structure*. *Soc. Networks*, 51, 88-103, 2017. Doi: 10.1016/j.socnet.2016.12.006. Epub 2017 Mar 1. PMID: 28983147; PMCID: PMC5624738.

SENTSE, M.; KREAGER, D. A.; BOSMA, A. Q.; NIEUWBEERTA, P.; PALMEN, H. **Social Organization in Prison: A Social Network Analysis of Interpersonal Relationships among Dutch Prisoners**. *Justice Quarterly*, 2019.

SILVA JÚNIOR, W. N. D. **Execução Penal no sistema penitenciário federal**. Natal: OWL, 2020.

SKARBEEK, D. **The Social Order of the Underworld: How Prison Gangs Govern the American Penal System**. Nova York: Oxford University Press, 2014.

SMITH, C. M.; PAPACHRISTOS, A. V. **Trust thy crooked neighbor: multiplexity in Chicago organized crime networks**. *Am. Soc. Rev.* 81 (4), 2016.

TSVETOVAT, M.; CARLEY, K. M. **Structural Knowledge and Success of Anti-Terrorist Activity: The Downside of Structural Equivalence**. *Journal of Social*

Structure, v. 6. Disponível em:
<https://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume6/TsvetovatCarley/index.html>.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VEENSTRA, R.; DIJKSTRA, J. K.; KREAGER, D. A. **Pathways, networks and norms: A sociological perspective on peer research**. In **Handbook of peer interactions, relationships and groups**. New York, NY: Guilford, ed. 2, 45-63, 2018.

VIEIRA, Daniel P.; REYES JR., Edgar; FERNANDES, João Paulo B. A Influência da Dinâmica Relacional na Gestão de uma Loja Maçônica Redes. **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v. 28, n. 1, p. 104-119, 2017.

VOLKER, B., CUYPER, R., MOLLENHORST, G., DIRKZWAGER, A., VAN DER LAAN, P., NIEUWBEERTA, P. **Changes in the social networks of prisoners: A comparison of their networks before and after imprisonment**. Social Networks. 2016. [Http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2016.04.004](http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2016.04.004) 0378-8733/© 2016 Elsevier B.V.

ZANG, J.; LOU, Y. **Degree centrality, betweenness centrality, and closeness centrality in social network**. Advances in Intelligente Systems Research, v. 132, p. 300-303, 2017.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WICHARD, C.; SCHAEFER, D. R.; KREAGER, D. A. **Charting the hidden City: Collecting prison social network data**. Elsevier B. V., 2019.

YAMAGISHI, T.; GILLMORE, M. R.; COOK, Karen S. **Network connections and the distribution of power in exchange networks**. American Journal of Sociology, v. 93, n. 4, p. 833-51, Jan., 1988.